

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Gestão

- Alianças intersetoriais
- Contabilidade de entidades educacionais
- Exclusão digital das ONGs

Comunicação

Como “mostrar a cara” de sua entidade na mídia

Legislação

As mudanças nas leis e até onde elas afetam as filantrópicas

Modelo
de integração
social dá lições de
democracia e igualdade

Redes sociais



Entrevista Especial

Cinco grandes mulheres e suas atuações premiadas

EXPO FOME ZERO

Brasil Socialmente Responsável

10-12 Fevereiro 2004
13:00 às 21:00 horas
Expo Center Norte
São Paulo • SP

www.expofomezero.com.br

Participe do Maior Evento sobre Responsabilidade Social do País

OBJETIVOS DA EXPOSIÇÃO

- Dar visibilidade e amplitude ao programa Fome Zero;
- Divulgar ações empresariais bem sucedidas;
- Reunir iniciativas isoladas para ampliar o impacto na sociedade;
- Dar visibilidade aos projetos das empresas apoiadoras, gerando um maior engajamento de toda a sociedade pela exemplaridade;
- Criar oportunidades de parcerias entre empresas e entidades da sociedade civil;
- Facilitar a articulação entre as diversas ações da sociedade e do governo;
- Agregar valor à imagem institucional das empresas.

EXPOSITORES

Organizações Empresariais
Organizações não Governamentais
Entidades da Sociedade Civil
Governos Municipais, Estaduais e Federal
Veículos de Comunicação
Federações; Fundações
Câmaras de Comércio
Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae
Comunidades Religiosas
Comunidades Acadêmicas
Editoras Especializadas
Consultorias; Entre outros

VISITANTES

Empresas Privadas e Públicas
Organizações Não Governamentais
Institutos e Fundações
Comunidades Acadêmicas e Religiosas
Autoridades e Órgãos Governamentais
Entidades da Sociedade Civil
Organismos Internacionais
Consultorias Especializadas
Imprensa

Acesso Gratuito
Credenciamento no Local

E mais:

• Eventos Culturais

• Circuito de Palestras

• Agende-se!

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO



Informações
Tel (11) 4689 3100
Fax (11) 4191 0200
www.franca.com.br
feiras@franca.com.br

MONTADORA OFICIAL



UMA EMPRESA CREDENCIADA PELO



APOIO INSTITUCIONAL



Apoio Fome Zero
Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar

MESA
Ministério Extraordinário
de Segurança Alimentar
e Combate à Fome



ESTE EVENTO SERÁ AUDITADO POR EMPRESA INDEPENDENTE E NÃO TERÁ FINS LUCRATIVOS. A RENDA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DOS ESTANDES SERÁ REVERTIDA EM FAVORECIMENTO AO PROGRAMA FOME ZERO.

H. Franca



ReaTech

III FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIAS EM REABILITAÇÃO E INCLUSÃO

III International Trade Fair on Rehabilitation and Inclusion Technologies

2004

www.reatechvirtual.com.br

www.tvreatech.com.br

2ª EXPO HOME CARE

FEIRA DE ATENDIMENTO DOMICILIAR EM SAÚDE

25 - 26 MARÇO
Quinta e Sexta
13h00 às 21h00
27 - 28 MARCH
Sábado e Domingo
10h00 às 19h00
São Paulo - SP
Brasil

Patrocínio / Sponsor



Fundação Selma

Promoção / Promotion



Mídia Oficial / Official Magazine

Revista
Fisioterapia
Brasil

Realização / Realization



Feiras e Congressos

Informações / Information

Fone: (11) 5585-4355

Fax: (11) 577-4239

www.cipanet.com.br

cipa@cipanet.com.br

TRANSPORTE GRATUITO



Estação Jabaquara do Metrô
Saída Nelson Fernandes

Local / Venue

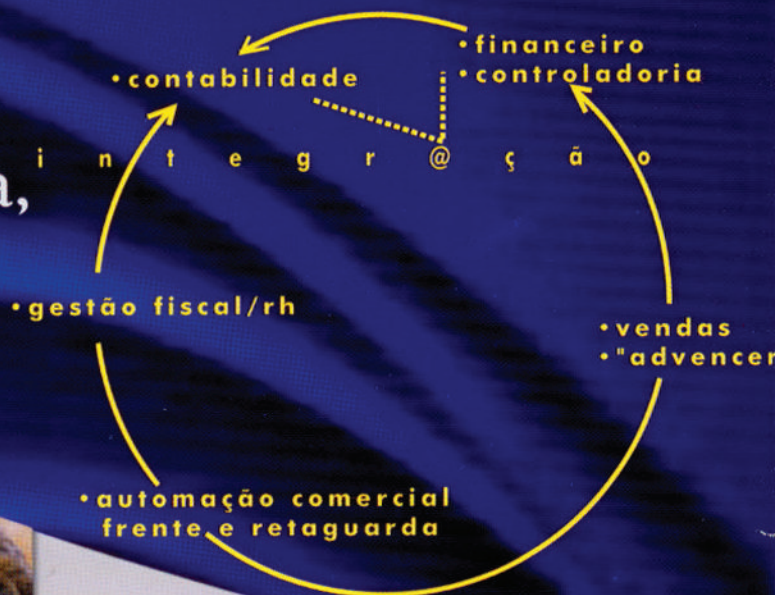


Rodovia dos
Imigrantes,
Km 1,5 - SP
São Paulo

APOIO / Support



A **Asplan** é a solução especializada para a gestão de sua empresa, quer ela tenha fins lucrativos ou **sociais**.



Use a solução
de quem é especializado
no **Terceiro setor**

Alguns de nossos clientes

- Fundação Abrinq
- Fundação Bional
- Instituto Ethos
- Ibracon – SP
- Sindcont – SP
- Sinfar
- Simpi

SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADOS E MODULARES

asplan
SOFTWARE DE GESTÃO
CORPORATIVA E CONTÁBIL

www.asplan.com.br
comercial@asplan.com.br
tel || 5081-9800
fax || 5081-9804
rua loefgreen 1365
04040-031
são paulo • sp

450 anos de São Paulo



Como “paulistano da gema”, sou suspeito para falar bem da aniversariante – a cidade de São Paulo. Minha omissão, contudo, seria entendida como traição e para ela, que sempre me acolheu, pura ingratidão. Toda cidade tida como metrópole sofre com a velocidade do próprio crescimento, pois é vista pelos imigrantes como o garimpo da riqueza, cujo preço é a insegurança, a impessoalidade, a vulneração à qualidade de vida, a submissão à dinastia dos abastados, a concorrência desleal, e muito mais.

São Paulo não é diferente: contabiliza população próxima de 17 milhões de habitantes totalmente heterogêneos, mesclados de paulista, fluminense, mineiro (50%), baiano (17,56%), pernambucano, alagoense, cearense, sergipano, piauiense (somados, 15%) e tantos outros. Na soma dos imigrantes estrangeiros, a metrópole acolhe especialmente: portugueses desde que foi fundada; italianos, a partir de 1871; japoneses desde 1908; espanhóis, que aqui chegaram a partir de 1920 (um censo ainda apurou que 78% de todos os imigrantes espanhóis estão radicados na capital paulista);

alemães, principalmente na época do nazismo (1930); além de libaneses, sírios e diversos outros.

Nossa cidade, antigamente conhecida como “terra da garoa”, tornou-se uma das maiores cosmopolitas de enorme riqueza cultural, tecnológica, intelectual e industrial. Por isso abriga por ano cerca de 45 mil eventos e reina na gastronomia – do pão de queijo ao feijão de corda, do churrasco ao chimarrão, da pizza ao macarrão, da vaca atolada ao vatapá. Emudece as outras metrópoles do mundo quando o assunto é boemia, diversidade musical do forró ao carnaval, da música eletrônica à gafeira, dos shows ao teatro – nesse ponto, diga-se de passagem, a capital paulista já deu *bye-bye* a Nova York, pois temos em cartaz 136 peças teatrais contra 106 da pérola americana.

Enfim, São Paulo é uma grande mãe, que só chegou onde está, entretanto, com ajuda de seus filhos, inclusive dos adotivos. Que seja reafirmada a voz de Mário de Andrade: continue a escorrer vida, terra da garoa!

Parabéns São Paulo!

Marcos Biasioli
Diretor Técnico

Turismo para gerar renda



É público e notório que o Brasil deverá ter, nas próximas décadas, seu crescimento fundamentado principalmente na agricultura e pecuária – áreas constantemente pesquisadas e detentoras de volumosos investimentos.

Entretanto, sempre defendi o investimento maciço e pesado no turismo nacional – realidade ainda muito distante no cenário tupiniquim. Trazer turistas estrangeiros ao Brasil não só traz divisas ao mercado interno, incrementando o PIB, como é importante processo gerador de empregos e, conseqüentemente, de bem-estar social. De acordo com a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), a cada US\$ 7 mil deixados no Brasil, surge um novo emprego.

O São Paulo Convention Bureau constatou também que, a cada um milhão de turistas que visitam determinada cidade brasileira, são gerados cerca de 55 mil postos de trabalho diretos. Este ano, em função das comemorações dos 450 anos de São Paulo, espera-se um salto de 6,5 milhões para cerca de 8 milhões de turistas que visitarão a metrópole. Isso significa consideráveis 80 mil novos empregos.

O Brasil tem riquezas naturais, históricas e culturais de dar inveja ao restante do mundo. Em todo o Nordeste, o sol brilha mais forte nas belíssimas praias de areia clara e mar azul. A gastronomia do Sul e Sudeste brasileiros dá água na boca de europeus (até de franceses e italianos!). São Paulo já detém “frota” cultural e gastronômica maior que Nova York. O ecoturismo pode ser explorado do Oiapoque ao Chuí e, em especial, na maior floresta do mundo – a Amazônia. No Rio

de Janeiro, um misto de beleza natural, festas, praias agitadas e gente bonita (aliás, as mulheres brasileiras completam tão bem o cenário da beleza do país, que estrangeiro nenhum tem como colocar defeito). Sem contar a alegria, irreverência e hospitalidade da gente brasileira.

Com tudo isso, o Brasil ainda peca em infra-estrutura, especialmente no Norte e Nordeste, destinos que deveriam ser mais freqüentes para europeus, japoneses e americanos. Faltam investimentos em hotéis, restaurantes, centros de lazer e educação para o turismo.

Proponho um pacto entre os três setores – governo, empresas e ONGs – a fim de incrementar o turismo nacional e gerar riqueza ao país.

O governo fará seu papel por meio de incentivos fiscais e investimentos em transportes e comunicações. A iniciativa privada, investindo pesado na rede hoteleira e na indústria do entretenimento de cidades potencialmente turísticas.

Já ao Terceiro Setor cabe uma política de investimento em educação para o turismo com ênfase na qualidade do atendimento. Proponho a profissionalização de ONGs que formem meninos e meninas para trabalhar na atividade localmente, ensinando ofícios como os de garçons, cozinheiros, camareiros, guias turísticos, animadores e as mais diversas profissões do turismo e entretenimento, ramo que o Brasil tem muito o que aprender e explorar. Mais que isso: ensiná-los a perceber a importância que o turismo tem para a vida de cada brasileiro.

Marcio Zeppelini
Editor

Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer

A ABIFCC (Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer) e os mais importantes centros nacionais de tratamento da doença lançaram a campanha para mostrar formas de prevenção dos tumores mais frequentes em diversas regiões do país. A campanha foi criada pela J.W.Thompson e produzida pela Conspiração Filmes, Rede Globo e principais veículos da mídia impressa e internet. Tarcísio Meira e Débora Falabella estrelam os dois primeiros filmes, que retratam, respectivamente, o câncer de próstata e de colo do útero.

 www.abifcc.org.br



Débora Falabella participa da campanha

4º Fórum Social Mundial

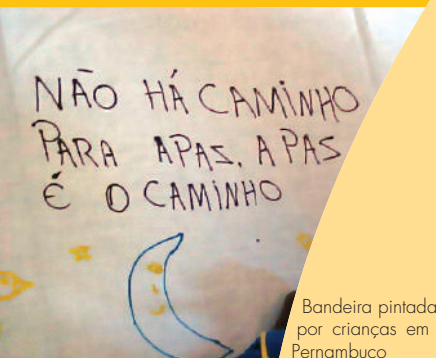
O evento realizado na cidade de Mumbai, na Índia, teve como principal objetivo efetivar um acontecimento global, já que, pela distância, muitas organizações asiáticas não puderam participar das edições anteriores realizadas em Porto Alegre. Globalização imperialista, fanatismo religioso, racismo, sectarismo e discriminação social foram alguns dos assuntos discutidos. A participação da imprensa no fórum também foi grande, com mais de dois mil jornalistas credenciados.

 www.wsfindia.org

Dia Temático da Paz

Realizado pelo programa Amigos da Escola, o evento foi celebrado em 7 de novembro e contou com atividades que fazem parte de projetos desenvolvidos por escolas cadastradas. Participaram cerca de 200 mil jovens, crianças, professores e voluntários de escolas públicas em 13 estados brasileiros. Em Maringá, por exemplo, aconteceram apresentações de dança, corais e recolhimento de armas de brinquedo. Já em Pernambuco, crianças pintaram o tema sobre uma bandeira branca de 12 metros.

 www.amigosdaescola.com.br



Bandeira pintada por crianças em Pernambuco

DIVULGAÇÃO

ONG Amigos do Bem no sertão nordestino

O espírito natalino dos aproximadamente 5 mil voluntários da ONG continuou o mesmo após a data.

No dia 26 de dezembro, oito caminhões seguiram para Alagoas, Pernambuco e Ceará com 500 toneladas de alimentos, medicamentos, roupas, cadeiras de rodas e brinquedos.

Em 4 de janeiro, 127 voluntários voltaram aos locais para entregar alimentos a cerca de 25 mil famílias. O projeto da Amigos do Bem já existe há 10 anos.

 www.amigosdobem.org

Dia Nacional de Combate ao Câncer

O dia 27 de novembro divulga o cenário oncológico brasileiro e a importância da prevenção e do diagnóstico precoce. Estatísticas evidenciam a expansão da doença no país e a data é encarada como uma boa oportunidade para divulgar ações preventivas. Segundo o Ministério da Saúde, até o final desse ano serão registrados aproximadamente 305 mil novos casos de câncer, que é a segunda maior causa de mortes no Brasil. O câncer de mama é o de maior incidência, seguido pelo de estômago, pulmão, próstata e colo do útero.

Fórum Social Brasileiro

A primeira edição do fórum foi sediada em Belo Horizonte e teve 15 mil participantes. As atividades se realizaram no espaço reservado de 500 mil metros quadrados da UFMG. O programa proposto pelo Conselho Brasileiro do FSB seguiu a linha de três temas: imperialismo; o Brasil que temos e o Brasil que queremos, e movimentos sociais. Além disso, organizações também apresentaram propostas de diferentes assuntos que conduziram a outras discussões. O fórum ainda objetiva interagir diversas entidades e construir redes sociais que busquem a formação de um mundo melhor.

Participantes do fórum em passeata

 www.fsb.org.br



SAMUEL TOSTA

ESPN Brasil apóia o Fome Zero

A emissora realizou o Futebol Radical por uma Super Ação Social: uma partida de futebol que reuniu jogadores profissionais, atletas radicais e músicos, como Supla, Jair Oliveira e a banda Tihuana. A arrecadação dos ingressos – um quilo de alimento não perecível – foi revertida para o projeto Fome Zero. Além disso, entidades que usam o esporte como forma de inclusão social receberam doações de roupas e equipamentos. Depois do jogo, o programa Linha de Debate, com José Trajano, Milton Leite, Paulo Vinicius Coelho e Paulo César Vasconcelos, analisa os melhores lances.



Time de músicos que participaram do jogo

14º Fórum de Responsabilidade Social

O tema da edição especial de encerramento do Fórum do Rio Grande do Norte foi Terceiro Setor e parcerias. Palestraram a respeito Augusto de Franco, diretor executivo da Comunitas e coordenador da AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, e Francisco Tancredi, diretor regional para América Latina e Caribe da Fundação Kellogg. O fórum, que incentiva práticas empresariais e investimento social privado, acontece desde 2001 e é realizado pelo Natal Voluntários em parceria com a Fiern e o Sebrae.

 www.natalvoluntarios.org.br

Prêmio PNBE de Cidadania Brasil

O Prêmio PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) de Cidadania pretende viabilizar ações sociais até o ano de 2022. Entre os participantes estavam o governador Geraldo Alckmin; os secretários estaduais Andréa Calabi e João de Souza Meirelles; o presidente do Tribunal da Alçada Criminal, juiz José Renato Nalini; o vereador Ricardo Montoro e o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva. Sérgio Vieira Mello, morto em atentado a ONU no Iraque, foi homenageado em uma das sete categorias do prêmio, o Destaque Brasil 2002.

 www.pnbe.org.br

ONG Alfabetização Solidária

Em 2003, a organização atendeu 762 mil alunos nos cursos de alfabetização em todo o país. Parte dos atendidos vêm do convênio com o MEC, no programa Brasil Alfabetizado, e o restante é da associação com parceiros públicos e privados. A ONG, premiada e reconhecida no exterior, já foi implantada, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, no Timor Leste, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guatemala. Em sete anos, a Alfabetização Solidária já atendeu 4,3 milhões de alunos, ultrapassando a meta estabelecida.

 www.alfabetizacao.org.br

Infosocial no combate à exclusão digital

Com a missão de incluir comunidades no mundo digital, software livre Infosocial foi criado em julho de 2003 por Daniel Mello e Luis Fernando Guggenberger. O produto que dá liberdade aos usuários para executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o software – será a principal ferramenta implantada nos Centros de Democratização da Tecnologia da Informação e Comunicação, em locais de poucos recursos. É uma forma diferente de combater a exclusão digital, que normalmente é feita com acesso à internet ou a softwares proprietários.

 (11) 3758-0506

V Encontro de Inclusão da Criança e do Adolescente HIV

Realizado pelo Projeto Reviver em parceria com o Unicef, o encontro discutiu experiências de trabalhos voltados a crianças e adolescentes soropositivos e suas famílias, e sua inclusão na sociedade.

Dia V – Dia de ser voluntário

O Dia V acontece todo primeiro domingo de dezembro em Minas Gerais desde 2001. Em 2002, a iniciativa mobilizou mais de 300 mil pessoas e 62 cidades mineiras. A FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) conseguiu superar esse número em 2003, atingindo cerca de 345 mil participantes.

Fundação Semear sob nova direção

O diretor-presidente da Sinoscar S/A foi reeleito pelo Conselho Curador para a presidência da entidade, que já traçou metas para a gestão 2003/2005. A solenidade de posse aconteceu no II Jantar Tributo à Cidadania, em Novo Hamburgo (RS).

Acontece

Sesc-SP comemora 40 anos de trabalhos sociais com idosos

O Sesc-SP promove atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas destinadas aos idosos em aproximadamente 50 cidades do Estado de São Paulo. Atende, ao todo, mais de 55 mil participantes. A comemoração das quatro décadas de trabalho foi promovida com diversas ações, dentre elas o vídeo-documentário *Umas Velhices*, o ciclo de filmes *Cinema da Maturidade* e o projeto *SESC Gerações*, que traça estratégias para viabilizar atividades culturais envolvendo pessoas de diferentes idades.

 www.sescsp.com.br



Peça que faz parte do Sesc Gerações

II Congresso Brasileiro do Voluntariado

O congresso, que teve sua primeira edição em 2001, discute temas como: promoção do intercâmbio de experiências nacionais e internacionais sobre trabalho voluntário; discussão das questões relacionadas a essa função; voluntariado empresarial; responsabilidade social e doação. As atividades variaram entre oficinas, palestras, conferências e mesas redondas com diretores de entidades. O evento contou com a presença do presidente Lula, entre outras autoridades do governo.

 www.pucsp.br/voluntario



Divulgação

Inauguração de cyberspaço para deficientes visuais

A IBM e a Fundação Dorina Nowill para Cegos inauguraram o *Cyber Place* – espaço que oferece acesso à internet tanto aos funcionários quanto aos frequentadores da instituição. A IBM doou quatro computadores e o software *Home Page Reader*, que lê páginas da internet para deficientes visuais. A nova atração funciona dentro da própria fundação e conta sempre com um instrutor.

 www.fundacaodorina.org.br

Dia Internacional do Voluntário

A Assembleia Geral das Nações Unidas criou a data em 1985 para incentivar o trabalho voluntário no mundo todo. Todos os setores da sociedade – governos, empresas privadas, organizações não-governamentais e sociedade civil – deveriam incentivar e divulgar a atuação dos voluntários. Diversos eventos aconteceram para comemorar o dia 5 de dezembro.

 www.portaldovoluntario.org.br/diaIntVol/default.asp

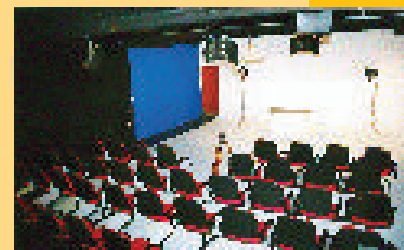
Oded Grajew é diretor-presidente do Ethos

O ex-assessor especial do presidente da República reassumiu o cargo de diretor-presidente do Instituto Ethos. Membros do Conselho Deliberativo aprovaram seu retorno por unanimidade. Grajew pretende dedicar-se às causas sociais junto à sociedade civil. Além desse cargo, também é conselheiro da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania e membro do Conselho Consultivo do Global Compact, programa de Kofi Annan.

Centro Cultural Pinnacle Home

Líder em soluções para edição de vídeo, a Pinnacle Systems inaugurou em outubro de 2002 sua primeira sede no Brasil. O espaço acabou se tornando um centro de incentivo à cultura e ao desenvolvimento social, com equipamentos de última geração e profissionais para orientar jovens talentos interessados em multimídia. O programa ainda dispõe de workshops e cursos específicos para diferentes áreas profissionais. Até o momento, existem centros em Belo Horizonte, Campinas, Cidade do México, Bogotá e Buenos Aires. A Pinnacle já auxiliou, entre outros programas, ações sociais do Rotary e o projeto de cinema *Curta-o-Curta*, além de patrocinar o velejador Felipe Batos.

 www.pinnaclesysla.com



Estúdio da Pinnacle Systems

Fundhas inaugura nova unidade

Em parceria com a Monsanto, a Fundhas inaugurou mais uma unidade em São José dos Campos, com capacidade para atender 120 crianças de 7 a 13 anos. O local fornece total conforto nas atividades culturais, esportivas e recreativas, e dispõe de salas de aula, leitura, informática, artes e refeitório. Há também brinquedoteca e navegação na internet. O evento de inauguração da Fundhas Monsanto foi marcado por atividades com crianças, apresentações culturais e shows musicais.



www.fundhas.org.br
www.monsanto.com.br

Festa de
inauguração da
nova unidade

Inclusão de deficientes no mercado de trabalho

O Fórum Nacional sobre Inclusão dos Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho, realizado em Curitiba, discutiu assuntos como experiência na área e dificuldades enfrentadas por empregadores e empregados. O evento, que contou com palestra do senador Flávio Arns, surgiu com a intenção de mostrar o potencial de trabalho da pessoa com deficiência e, com isso, abrir frentes de emprego na indústria e no comércio. Com essa ação inédita, a Fundacentro, promotora do fórum, pretende atuar como intermediadora na contratação dos portadores de deficiência pelas empresas brasileiras.

www.fundacentro.org.br

Grupo Magia Tupã se apresenta na Holanda

O grupo folclórico, atendido pela Fundação Orsa em Laranjal do Jarí, representou a Amazônia em um festival de defesa das florestas tropicais na Frieslandia, no norte da Holanda. A convite do ICCO (Interchurch Organization for Development Cooperation), o Magia de Tupã apresentou danças populares, como o boi-bumbá, xote e carimbó. O projeto faz parte do Programa de Inclusão Social e Construção da Cidadania, e segue os princípios da arte-educação.

www.fundacaoorsa.org.br



Grupo Magia de Tupã em festival na Holanda

Casas Taiguara e Taiguarinha

Em 1993, Daniel Fresnot fundou a Moradia Associação Civil, baseada em trabalhos sociais realizados por um casal francês na Bolívia. A princípio, o objetivo era construir habitações populares para famílias desabrigadas, mas depois o enfoque mudou. Partindo dessa primeira experiência, surgiu em 1996 a Casa Taiguara, para atender crianças e jovens de até 18 anos em situação de risco social e pessoal. Em 2002 foi inaugurada a Casa Taiguarinha, destinada a crianças de até 12 anos. Os atendidos chegam à Casa por intermédio de outras entidades, pelo Conselho Tutelar, pela polícia ou até por iniciativa própria – a técnica do “boca-a-boca” também funciona nesse caso. Os novos integrantes não são obrigados a ficar: funcionários e voluntários sempre tentam convencê-los a isso, mas todos têm liberdade para sair. As Casas pretendem preparar o jovem para reintegrá-lo à sociedade, oferecendo educação, desenvolvimento de habilidades e criando vínculos de carinho e respeito.

www.casataiguara.org

Jornalistas recebem título

Um grupo de 35 profissionais recebeu o título de Jornalista Amigo da Criança, oferecido pela ANDI. O projeto homenageia jornalistas engajados nas causas sociais e acontece desde 1997.

Campanha Mundo Melhor doa brinquedos a entidades infantis

A parceria entre Wal-Mart Brasil, Nestlé, Johnson&Johnson, Faber-Castell e Estrela atende mais de quatro mil crianças na terceira fase da campanha. Os produtos doados beneficiaram 14 entidades assistenciais.

Petrobrás doa

R\$ 8 milhões para FIA

A empresa reuniu representantes de 36 cidades do Estado de São Paulo e da região sul do país para assinar o termo de doação do montante para o FIA – Fundo da Infância e da Adolescência.

Inauguração da Faculdade Zumbi dos Palmares

Inaugurada pela ONG Afrobras (Associação Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sociocultural), a faculdade integra a primeira fase do projeto Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares. Todos podem ter acesso ao curso, que, a princípio, será somente de administração. Ao menos 50% das vagas serão, contudo, destinadas aos afro-brasileiros. A faculdade não tem fins lucrativos e, por isso, a mensalidade

será de um salário mínimo. Visando à inclusão de negros no ensino superior, essa iniciativa é a primeira no Brasil e uma das poucas no mundo. Concomitante a tal fato aconteceu o Dia da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi, principal líder do Quilombo dos Palmares. O dia 20 de novembro se tornou feriado em diversas cidades do país.

www.afrobras.org.br



ONGs convivem com exclusão digital

Organizações não-governamentais de São Paulo sofrem com acesso limitado à tecnologia



“O acesso às informações, os recursos e a possibilidade de se comunicar com pessoas e outras organizações do mundo todo resultam em desenvolvimento próprio”



Funcionários da área de informática do Serviço Social Bom Jesus

A desigualdade social sempre existiu no Brasil. Atualmente, o cenário continua repleto de diferenças e mesmo as iniciativas que pretendem provocar mudanças para a dissolução desse entrave encontram problemas. As ONGs, na tentativa de amenizar o crítico quadro social do país, deparam-se com inúmeras dificuldades, entre elas, a exclusão digital.

Apesar de não ter como generalizar os motivos pelos quais o usufruto da internet é limitado, alguns deles são: falta de equipamentos; custos elevados; carência de instrutores qualificados; falta de interesse e outras prioridades.

Principalmente as entidades menores ainda não se deram conta do progresso que podem alcançar com a Web. O acesso às informações, os recursos e a possibilidade de se comunicar com pessoas e outras organizações do mundo todo resultam em desenvolvimento próprio. A ausência de tais características gera distanciamento em relação a instituições de maior porte que, em sua maioria, têm espaço garantido no mundo digital.

Pesquisas

O pesquisador Edson Sadao lizuca, da Fundação Getúlio Vargas, formou um

banco de dados com 1.700 organizações da grande São Paulo e as conclusões mostram como ainda há certo receio com relação à tecnologia. Constatou-se que 78% não possuem site, ferramenta que amplia muito a divulgação das ações, atraindo, conseqüentemente, mais recursos e voluntários. Dos 333 sites encontrados por Edson, somente 43% apresentam informações sobre como colaborar financeiramente e apenas 15% captam voluntários pela internet. “Acreditamos que as ONGs têm um longo caminho a trilhar no sentido de utilizar o potencial das novas tecnologias”, declara Sadao.

Uma pesquisa realizada pela unidade do Senac São Paulo especializada em Terceiro Setor, que abrange 443 entidades da cidade, abordou outro aspecto: o uso do computador e acesso à internet pelas instituições. Somente 12% das organizações não possuem computador e 69% delas acessam a rede – dessas, 31% utilizam o meio de comunicação para receber e enviar e-mails. Nesse caso, os números não são alarmantes. No entanto, a questão não se resume a ter um computador e acesso à rede, como se percebe no primeiro estudo. Sadao diz que “a partir do envolvimento do poder público, das empresas, fundações e institutos é

possível catalisar a inclusão digital das ONGs. Para tanto, deve-se olhar o problema como algo estratégico para a sociedade”.

Um exemplo de implementação do uso da tecnologia digital é o Serviço Social Bom Jesus – parte do Espaço Criança Esperança de São Paulo. Leandro Costa Cabral, programador web da organização, conta que o processo de informatização começou efetivamente há aproximadamente seis meses, sendo que a instituição existe há 22 anos. O site acabou de ser lançado e a rede está sendo estruturada com 16 computadores e servidor. Além disso, estão desenvolvendo aplicativos para intranet e sistemas gerenciais. “Trabalhamos para que a informática se consolide como uma das nossas principais ferramentas de trabalho administrativo”, diz Leandro.

“Considerando-se que São Paulo é uma cidade com enorme volume de negócios e que concentra boa parte de parque tecnológico, as entidades têm mais probabilidade de conseguir equipamentos e recursos, devido à proximidade com muitas pessoas e organizações”, complementa o pesquisador Edson Sadao. Estudos como esses estão em andamento em outros estados, como Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. 

Cinco mulheres e Cinco grandes trabalhos

Nesta edição, as cinco vencedoras do Prêmio Cláudia falam da importância de sua atuação para a sociedade e do reconhecimento de sua luta

DANIELA TCHERNIACOWSKI

Com o intuito de reconhecer a atuação de mulheres brasileiras, a revista Cláudia realiza, desde 1996, o Prêmio Cláudia. “Fazemos uma pesquisa enorme em todo o país para descobrir personalidades que, por talento, perseverança e capacidade de criar soluções originais, contribuem para melhorar a qualidade de vida do brasileiro”, explica Márcia Neder, diretora de redação da revista.

Em sua 8ª edição, o prêmio se diferencia das anteriores ao perceber a necessidade de escolher não somente uma vencedora, como ocorria, mas cinco, de acordo com as áreas Ciências, Cultura, Negócios, Políticas Públicas e Trabalho Social.

Mais de 100 nomes foram apresentados a uma comissão de notáveis responsável pela seleção das finalistas. Entre os jurados estava, por exemplo, Reiko Niimi, representante do Unicef no Brasil, uma das encarregadas da indicação na área Trabalhos Sociais.

Em entrevista exclusiva concedida à **Revista Filantropia**, as cinco vencedoras contam mais detalhes de sua importante conquista.

Creuza Maria Oliveira (Trabalho Social) – Trabalhadora doméstica desde os 10 anos de idade, fundou em 1990 o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia, lutando pelos direitos de sua categoria e pela erradicação do trabalho infantil doméstico. Em 2001, levou a própria experiência a palestras na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, da ONU, em Durban, na África do Sul. Atualmente, Creuza é

presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e representante da Comissão Especial do Trabalho Infantil Doméstico. Em dezembro de 2003, também recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, concedido pelo governo federal através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, por seu empenho pelo fim do trabalho infantil doméstico.

Eloan Pinheiro (Políticas Públicas)

Química carioca, a ex-diretora do Instituto de Tecnologia de Fármacos, o Far-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) enfrentou os laboratórios internacionais que produziam os caríssimos remédios do coquetel anti-Aids, fabricou genéricos, ameaçou quebrar patentes e chamou a atenção da imprensa americana e européia para sua batalha por preços mais justos. Hoje, com partilha sua conquista com a África e América do Sul, além de fazer parte da força-tarefa da ONU, traçando planos estratégicos para que todos tenham acesso à saúde. Eloan também está se unindo a ONG Médicos sem Fronteiras, a fim de lutar por melhor tecnologia para o tratamento de doenças negligenciadas, como a malária.

Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues (Negócios) – Há 12 anos à frente dos negócios da família, a empresária paulista transformou o Magazine Luiza em uma cadeia de 159 endereços e aumentou em dez vezes o faturamento da empresa. O processo de mudanças instituído por Luiza nos dois últimos

“Um líder é quem apresenta uma idéia importante, luta por ela e agrega pessoas em torno da mesma”

Tania Rösing



DIVULGAÇÃO

Creuza Maria Oliveira luta contra o trabalho infantil doméstico

anos rendeu ao Magazine a primeira colocação no ranking da edição As 100 Melhores Empresas para se Trabalhar, da revista Exame.

Magda Carneiro Sampaio (Ciências)

A médica pernambucana, especialista em imunologia aplicada à pediatria, desenvolveu em conjunto com Luiz Rachid Trabulsi, microbiologista do Instituto Butantan de São Paulo, uma vacina contra a bactéria causadora da diarreia. O propósito é diminuir o número de crianças mortas pela doença, que atinge principalmente aquelas de famílias de baixa renda nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Devido a uma extensa pesquisa sobre a imunologia do leite materno, rico em anticorpos, o objetivo de sua atuação também é estimular a prática do aleitamento natural.

Tania Rösing (Cultura) – Idealizadora do evento cultural Jornada Nacional de Literatura, em Passo Fundo (RS), a professora já levou ao sul do país mais de 200 renomados escritores nacionais e internacionais. Em 22 anos de movimento, as Jornadas têm provocado o aumento de feiras do livro e bibliotecas em toda a região norte do Rio Grande do Sul e no oeste catarinense. Na última edição, a 10ª Jornada Nacional de Literatura e a 2ª Jornadinha Nacional de Literatura contaram com a participação de mais de 20 mil pessoas, entre adultos, crianças e adolescentes.

Revista Filantropia: A mulher já conquistou seu espaço no mundo?

Eloan: Infelizmente não, porque em muitos



DIVULGAÇÃO

Eloan Pinheiro – planos estratégicos para o acesso de todos à saúde

países ela ocupa um papel secundário. Além disso, há sociedades em que as mulheres não têm seus direitos reconhecidos. Eu vejo a mulher de hoje como uma guerreira, lutando num mundo desigual, onde a jornada de trabalho é dupla e o salário é menor que o dos homens.

Tania: As mulheres estão demonstrando, cada vez mais, competência em diferentes profissões e, a partir delas, têm assumido papéis de grande importância na sociedade. Mesmo assim, vai levar certo tempo para que algumas profissões possam oferecer um salário digno à mulher.

Magda: Na carreira acadêmica, por exemplo, a porcentagem de mulheres em posições de liderança (professoras titulares, reitoras, chefes de pesquisas) ainda é muito baixa. Da mesma forma, é irrelevante a presença da mulher na direção de grandes empresas. A carência de exemplos femininos bem sucedidos é, portanto, um aspecto a ser considerado para a boa formação das jovens brasileiras.

Revista Filantropia: O que é preciso para ser um líder e provocar mudanças?

Creuza: Ser democrático, ter respeito pelo outro, ter comprometimento e seriedade. É ainda saber trabalhar com o diferente, procurando se articular com qualquer grupo. O verdadeiro líder também deve ter ciência de que não é eterno e, assim, formar novos líderes.

Tania: Um líder é quem apresenta uma ideia importante, luta por ela e agrega pessoas em torno da mesma. Nessa perspectiva, posso dizer que exerço uma liderança, à medida que acredito na formação de



DIVULGAÇÃO

Luiza Helena, premiada na categoria Negócios pelo trabalho no Magazine Luiza

leitores e na consequente modificação do país, a partir do respeito ao direito de todo cidadão de ser leitor.

CREUZA MARIA

Revista Filantropia: Os trabalhadores domésticos brasileiros tiveram muitas conquistas, como o direito à carteira assinada, férias e ao 13º salário. Quais desafios ainda faltam enfrentar?

Creuza: Temos muito a caminhar ainda. O reconhecimento atual da categoria é resultado de um trabalho que vem sendo feito desde 1966, com Laudelina Campos Melo, fundadora do movimento de empregadas domésticas em São Paulo. Apesar de ter ganhado o direito a tais benefícios, é preciso implementá-los. Segundo o IBGE, há seis milhões de trabalhadores domésticos, sendo a maioria formada por mulheres negras. Desse total, 90% não têm carteira assinada, nem recolhimento do INSS. Para a lei ser cumprida, o país deve ter fiscalização, o que é complicado, pois envolve o âmbito privado, ou seja, as condições dos domésticos só são checadadas com mandado judicial e em caso de denúncia. Além de lutar para garantir efetivamente o acesso aos direitos, buscamos ampliá-los, propondo a inclusão do FGTS e a regularização da carga horária de trabalho, já que muitas trabalhadoras moram no próprio ambiente de trabalho e não têm o descanso respeitado. Continuamos batallhando também pela maior conscientização das trabalhadoras, procurando, inclusive, resgatar a auto-estima dessas mulheres.



DIVULGAÇÃO

Magda Carneiro desenvolveu vacina contra a diarreia, vencendo na categoria Ciências



DIVULGAÇÃO

Tania Rösing, professora em prol da leitura organiza jornadas nacionais de literatura

Revista Filantropia: *Como é possível erradicar o trabalho infantil doméstico? Qual o papel da sociedade nesse processo?*

Creuza: Apenas agora que organizações como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Unicef perceberam a gravidade do trabalho infantil no âmbito doméstico, pois antes só discutiam a atividade em outras áreas. Há três anos, por exemplo, não se falava nisso. No Brasil, existe cerca de meio milhão de crianças e adolescentes de 5 a 18 anos somente no trabalho doméstico. Elas vivem em situação de risco por estarem sujeitas à violência física, psicológica, abusos sexuais e acidentes com fogo e objetos cortantes. Além disso, estão fora do ambiente familiar e da escola. A conscientização da população é fundamental. Geralmente quem emprega uma criança acha que ela tem mesmo de trabalhar pelo fato de ser pobre. É uma cultura que precisa mudar. Estar perto da família e estudar é o que fará a criança ter a possibilidade de sair da situação de pobreza e ser cidadã.

Revista Filantropia: *A senhora é a favor das cotas universitárias para negros? Qual sua opinião sobre a polêmica que se criou em torno da definição de ser negro, num país tão miscigenado como o Brasil?*

Creuza: Certamente sou a favor. Mas também deve haver, em paralelo, investimento na educação pública. Sobre a polêmica, creio que se trata de cada um se assumir ou não enquanto negro. Aí está implicado um aspecto maior, o da identidade. Por isso, é essencial a sociedade e o governo darem oportunidades ao negro para que ele se sinta orgulhoso de sua raça e possa assumi-la. Nos Estados Unidos, por exemplo, há cotas de participação de negros no cinema e nas

novelas e, mais do que isso, na linha de frente. No Brasil, os poucos atores negros que participam de telenovelas muitas vezes aparecem como domésticas, motoristas ou seguranças. Colocá-los em papéis de maior destaque também ajuda a transmitir uma melhor imagem do negro. Por isso que defendo as cotas em outros setores, como nas empresas. É uma política afirmativa, que visa compensar as consequências da longa história de escravidão brasileira.

ELOAN PINHEIRO

Revista Filantropia: *Como a senhora vê o trabalho das ONGs que têm como missão o combate à Aids?*

Eloan: O papel das ONGs é essencial na chamada democracia participativa. O objetivo de ação normalmente se fixa em um resultado prático (o acesso ao medicamento, a prevenção, os diagnósticos epidemiológicos como ferramentas fundamentais nas definições de políticas de medicamentos e a universalização dos direitos). Poder impulsionar ações governamentais também é um trabalho muito enriquecedor das ONGs. Por entender a importância da atuação dessas organizações, estou lutando junto aos Médicos Sem Fronteiras pelo acesso ao medicamento como direito inalienável do ser humano e pelo desenvolvimento de remédios para as doenças negligenciadas pela grande indústria farmacêutica.

Revista Filantropia: *Quais os maiores desafios para o combate à Aids? Em que o governo brasileiro peca?*

Eloan: A política brasileira para Aids é muito bem estruturada e realiza um



“Eu vejo a mulher de hoje como uma guerreira, lutando num mundo desigual, onde a jornada de trabalho é dupla e o salário é menor que o dos homens”

Eloan Pinheiro

trabalho educativo de prevenção. O pecado do governo é não ter uma política industrial farmoquímica mais agressiva, que possibilite a fabricação local dos insumos terapêuticamente ativos (fármacos). Não há investimentos em desenvolvimento tecnológico no Brasil. A consequência é a dependência da importação, o que cria dificuldade de aplicar licença compulsória e outros mecanismos de ação, quando os medicamentos atingem preços astronômicos. As empresas farmacêuticas dominantes do campo das inovações tecnológicas são multinacionais e continuam pouco sensibilizadas com a questão social. O lucro exagerado ainda é seu alvo. A idéia é não ficarmos à mercê dos grandes laboratórios e, assim, garantirmos à população acesso aos medicamentos.

Revista Filantropia: Qual sua opinião sobre o sistema de saúde público brasileiro no atendimento a soropositivos?

Eloan: Muito bom. Atualmente, no mundo inteiro, somente 400 mil pacientes soropositivos recebem tratamento. O Brasil atende cerca de 120 mil, ou seja, 30% do total mundial. Meu grande sonho é estender nossa experiência à África, onde a Aids mata anualmente mais pessoas que o total de mortos da Segunda Guerra Mundial.

LUIZA HELENA

Revista Filantropia: O Magazine Luiza busca estar incorporado aos conceitos de responsabilidade social? Quais ações já foram feitas nesse sentido?

Luiza: Somos associados ao Instituto Ethos e procuramos contribuir para o desenvolvimento social e educacional do país, destinando cerca de 4% do faturamento para investimentos em educação. Realizamos ações de incentivo aos nossos funcionários e práticas de cidadania, como:

introdução à informática (todas as lojas têm microcomputadores ligados à internet para uso da comunidade); concursos culturais voltados ao desenvolvimento da cidadania junto a crianças de escolas públicas; parcerias com universidades; treinamentos; cursos; palestras e doações a entidades assistenciais.

MAGDA CARNEIRO

Revista Filantropia: O que é preciso para acabar com a mortalidade infantil?

Magda: Embora tenha caído significativamente nos últimos anos, a taxa de mortalidade infantil ainda é extremamente elevada em algumas regiões brasileiras. Infelizmente, a diarreia aguda continua sendo uma das principais causas desse panorama. As formas de combate são bem conhecidas: ampliação e melhoria da qualidade da assistência à saúde da gestante, do recém-nascido e do lactente; implantação de programas de educação para a saúde e, principalmente, melhoria das condições socioeconômicas da população. Entretanto, o incentivo à prática do aleitamento materno e o amplo acesso às vacinas são as medidas mais eficazes.

Revista Filantropia: Quais são suas metas para os próximos anos?

Eloan: Estou envolvida em três grandes projetos de pesquisa, que espero ver bastante desenvolvidos nos próximos dois ou três anos. Um deles é a análise da vacina oral contra *Escherichia coli* enteropatogênica (bactéria causadora da diarreia infantil), já testada em animais, e agora em pacientes adultos. Os outros são estudos: um aborda crianças com imunodeficiências primárias e o outro, os aspectos imunológicos do leite de mães asmáticas. Esse último projeto tem como objetivo trazer subsídios para o melhor entendimento da história natural da asma

brônquica, cuja frequência vem crescendo assustadoramente em todo o mundo.

TANIA RÖSING

Revista Filantropia: Qual a importância da leitura para transformar a realidade social de um país?

Tania: Dominar o ato de ler em sua amplitude – ler não só o texto escrito, mas o mundo e as diferentes manifestações culturais – é construir a cidadania e participar do crescimento da comunidade e do país de forma consciente. Daí ser fundamental o direito à leitura, de frequentar bibliotecas, centros multimídias etc.

Revista Filantropia: Recentemente, o IBGE mostrou existir no Brasil cerca de 25 milhões de analfabetos com mais de 5 anos de idade. A senhora tem alguma proposta para diminuir esse número?

Tania: Os dados são alarmantes. Nossa caminhada de 22 anos tem buscado diminuir o número de analfabetos, especialmente os culturais. Para tanto, estamos propondo a construção do Portal das Linguagens, que deverá ser instalado no campus central da Universidade de Passo Fundo. Trata-se de um complexo educacional, científico, artístico-cultural, tecnológico e corporal, onde serão desenvolvidos movimentos alfabetizadores numa perspectiva interdisciplinar e intergeracional. A meta é formar leitores e observar as necessidades e características do leitor do novo milênio. A construção já foi iniciada com a edificação do Centro de Lazer e Cultura Popular. No entanto, precisamos do apoio financeiro de empresários, Estado e sociedade para contribuir com esse projeto inédito e inovador. Com ele, também procuramos substituir o velho circo de lona onde ocorrem as Jornadas Literárias, para atender às exigências dos leitores em formação. ✨

Contabilidade Societária | Auditoria Contábil | Consultoria tributária, previdenciária e trabalhista | Especializada em entidades do 3º Setor



LTH

CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONSULTORIA

lmc@contabilidade21terra.com.br - FONE FAX: 67 - 356-1527

Rua 13 de Junho, 3.256 - Monte Castelo - CEP: 79010-200 - Campo Grande - MS

Cara a cara com a mídia

Os veículos da imprensa têm disponibilizado ultimamente grandes espaços para as organizações não-governamentais e projetos do Terceiro Setor. Trata-se, sem dúvida, de uma boa notícia, pois, à medida que as entidades conseguem mais notoriedade, fica mais fácil para movimentarem seu meio social, conferindo visibilidade à causa que promovem e viabilizando a própria sustentabilidade, mediante a conquista de maior número de parceiros, simpatizantes e doadores potenciais.

É preciso, portanto, que as organizações do Terceiro Setor percam o medo de ser notícia e entendam definitivamente que comunicação não é gasto, mas investimento obrigatório para se manterem vivas em um mercado cada vez mais competitivo, como o socioambiental. Comunicar com o intuito de expor claramente as ações é o caminho para criar e manter boa reputação. Isso implica, necessariamente, ganho de respeito junto aos diferentes públicos com os quais as organizações se relacionam e, em especial, junto à imprensa.

Contudo, como conseguir ser notícia em um setor no qual milhares de entidades disputam os mesmos espaços de mídia espontânea – a mais nobre – e ainda se concorre com organizações profissionalmente estruturadas, que possuem área de comunicação de marketing atuante e, não raras as vezes, mantêm uma estrutura de *lobby* bem lubrificada, responsável pela conquista da simpatia dos jornalistas pelas causas que defendem? Isso não é fácil, especialmente porque os jornalistas pouco saem das redações em busca de pautas de interesse social: costumam recebê-las por meio das assessorias e canais de imprensa, fato que impede freqüentemente a divulgação de projetos sérios e relevantes. Por essa razão, é fundamental que as entidades criem – e

É fundamental que as entidades mantenham vínculo estreito com a mídia, alimentando-a com sugestões que realmente tenham importância para leitores, ouvintes e telespectadores

mantenham – vínculo estreito com a mídia, alimentando-a com sugestões que realmente tenham importância para leitores, ouvintes e telespectadores.

Uma estratégia prática e funcional pode ser o estabelecimento de parceria com uma empresa de assessoria de comunicação e de imprensa. Como é enorme o “assédio” aos espaços “espontâneos” da mídia, torna-se necessário disputá-los de maneira profissional e paciente. O jornalista, em geral, conhece o Terceiro Setor de maneira genérica e, por isso, precisa de informações claras, e até mesmo didáticas, para entender e avaliar a informação dentro de um contexto que faça sentido para seu público-alvo.

Motivação da mídia

Nesse aspecto, cabe um comentário. As organizações sociais se deparam atualmente com outro tipo de concorrência: as ações implementadas pelas empresas que adotam práticas e políticas de responsabilidade social. Em decorrência, as redações recebem grande volume de pautas enfocando ações sociais corporativas, muitas delas relacionadas mais aos objetivos de marketing dessas empresas, que vinculadas propriamente a atitudes cidadãs. E por que elas são publicadas? Boa parte, por desconhecimento dos jornalistas. Em outros momentos, por má fé de quem as transmite. E mais grave (ainda que mais raras), pelo clientelismo – o conhecido “toma-lá-dá-cá” –, que permeia as relações entre as áreas jornalística e comercial de alguns meios de comunicação, confundindo espaço editorial com publicitário. Infelizmente, não é tão incomum deparar-se com determinadas matérias que parecem nitidamente terem sido arroladas pelo departamento comercial do veículo, em troca da inserção de anúncio por parte da organização focalizada na reportagem.

Para não incorrer no mesmo deslize ético, as organizações do Terceiro Setor

“A imprensa pode causar mais danos que a bomba atômica. E deixar cicatrizes no cérebro”

Noam Chomsky

precisam compreender que jornalista não é instrumento de marketing, nem vende publicidade, mesmo que institucionalmente e por uma boa causa. Cabe ao profissional de comunicação, isto sim, contar a uma parte da sociedade o que a outra está fazendo, até para que ações possam se duplicar e contribuir ainda mais para as promoções sociais tão fundamentais ao país.

O que deve ser feito então para motivar a mídia? Em síntese: formular boas idéias; constituir temas relevantes; distribuir *press releases* e *press kits* e apresentar personagens (a maior parte das reportagens traz ao menos um). Sobretudo, precisa-se desenvolver uma política de comunicação efetiva que preveja contato direto e constante com a imprensa, informando-a a respeito do que está ocorrendo de significativo na instituição, ainda que não renda matérias de imediato. Vale frisar que, para garantir um relacionamento continuado na mídia, é importante, sempre que possível, manter contato pessoal com o jornalista, levando-o por um lado a conhecer as atividades da organização e, por outro, a atender às solicitações da entidade de maneira adequada.

Notícia boa também se divulga

Samuel Longhorne Clemens, tipógrafo, jornalista e escritor norte-americano

conhecido como Mark Twain, conceituou: “Jornalismo é separar o joio do trigo. E publicar o joio”. Nota-se que joio não significa necessariamente má notícia, pois o que é bom também se divulga. Heródoto Barbeiro, um dos mais brilhantes jornalistas do país, argumenta que, se uma pauta cumprir determinadas condições, fatalmente merecerá apreciação por parte da redação. São elas: novidade (ineditismo); atualidade (fato recente); originalidade (“furo” de reportagem); curiosidade; veracidade (coerência entre discurso, ações e resultados); polêmica; credibilidade (da organização, empresa e das próprias ações implementadas); utilidade (a ação provoca impactos sociais ou é importante para a sociedade?); interesse social, e não meramente de marketing ou mercadológico, e oportunidade (se é oportuno publicar naquele momento). Caso a sugestão de pauta envolva direitos humanos, meio ambiente, solidariedade e responsabilidade social empresarial, as chances dela vir a ser aproveitada em uma futura matéria aumentam consideravelmente, por envolvimento do veículo, do jornalista ou por cidadania.

Por fim, a estratégia de comunicação de uma entidade do Terceiro Setor deve se basear na premissa de que, quanto mais se falar em nome dela, mais se conhecerá a seu respeito e sobre sua causa. Consequentemente, ampliará seu contato com o mundo exterior, mais pessoas serão beneficiadas, maior volume de recursos será movimentado e, notadamente, mais transparente se tornará a organização. ☺

Fernando Credidio. Presidente da ONG Parceiros da Vida, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa do curso MBC da Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida.

Comunicação e Responsabilidade Social Empresarial: nós sabemos como fazer!



“As marcas que não assumirem seu papel social, perderão espaço para as socialmente responsáveis.”

Christina Casella Pinto
(Membro do Conselho de Direção)



Parceiros da Vida

www.parceirosdavid.org
parceiros@parceirosdavid.org

Alianças intersetoriais um desafio para as organizações

A complementaridade entre os três setores, e não a substituição de um pelo outro, leva a melhores resultados, tanto para as organizações envolvidas quanto para a sociedade

O conceito de alianças estratégicas inter-setoriais refere-se a todas as formas de colaboração ou trabalho conjunto que as empresas, ou suas fundações e institutos, mantêm com organizações da sociedade civil e do governo para realizar práticas de atuação social. Com tal maneira de cooperação entre instituições de diferentes setores, não se pretende substituir o papel do Estado na própria responsabilidade de elaborar políticas sociais, tampouco atribuir às organizações da sociedade civil o papel de operadoras dos serviços públicos.

A premissa que sustenta esse conceito é de que as alianças podem se constituir em modelo eficaz de atuação social, à medida que promovem a sinergia entre as competências de cada entidade envolvida. Assim, ao ampliar a participação de pessoas e instituições na busca de soluções para os problemas sociais, tais alianças criam espaços de fortalecimento da cidadania.

Conhecer o funcionamento dessas alianças é, portanto, essencial para aperfeiçoar práticas e desvendar caminhos inovadores de empreendedorismo social. Com tal intenção, foi realizada pelo CEATS (Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor) a pesquisa Alianças Estratégicas Intersectoriais para Atuação Social, entre os anos de 2001 e 2002.

A internacionalização econômica, materializada pela intensificação da integração

dos mercados mundiais, tem impactado os ambientes econômico, social e político. Paralelamente, verifica-se crescimento expressivo da participação das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil. De acordo com uma pesquisa de Leilah Landim, em 1995, existem cerca de 250 mil instituições.

A redefinição dos papéis sociais do Estado, mercado, Terceiro Setor e da própria participação comunitária tem propiciado o desenvolvimento de novas formas de executar as ações sociais, especialmente por meio de alianças intersectoriais. A complementaridade entre os três setores, e não a substituição de um pelo outro, leva a melhores resultados, tanto para as organizações envolvidas quanto para a sociedade.

Averiguou-se a busca pela complementaridade nas empresas que responderam ao questionário da pesquisa: 85% delas desenvolvem projetos em parceria. Em 80,2% dos casos, as alianças ocorrem com entidades do Terceiro Setor, enquanto 55,5% das empresas estabelecem parcerias com órgãos governamentais e 47,3% com outras empresas. Já 28,2% estabelecem alianças com os três setores simultaneamente – número expressivo, se forem consideradas as dificuldades inerentes a um relacionamento entre organizações de diferenciadas origens.

Papéis dos parceiros

Para as empresas, instituições sociais e de governo, a concessão de recursos – financeiros e materiais – é feita primordialmente pela empresa, ao passo que as organizações parceiras são, em geral, as executoras do projeto. Tal divisão das atividades parece perpetuar os papéis tradicionais, quando a atuação social das empresas limitava-se quase exclusivamente às doações financeiras.

A partir da última década do século 20, novas formas de participação da empresa vêm se intensificando: os recursos passaram a não ser somente materiais ou financeiros, mas também humanos, considerando-se principalmente o trabalho voluntário, que levou às entidades do Terceiro Setor, além do apoio paliativo, os conhecimentos em gestão e contribuiu para que as mesmas percebessem a necessidade de profissionalização de suas atividades, ao facilitar a compreensão da importância da prestação de contas sobre capital recebido e da mensuração dos resultados.

Atualmente, as empresas já conseguem perceber que, apesar dos pedidos por suporte financeiro ainda serem frequentes, também têm como contribuir com outros recursos igualmente escassos nas instituições de Terceiro Setor e que fazem parte da *expertise* da empresa.

É importante notar que o fato da

LUCIANA ROCHA DE MENDONÇA



Não é possível determinar um modelo único para o estabelecimento de uma aliança intersetorial para atuação social, seja em relação aos resultados efetivos ou aos papéis que cada um dos envolvidos deve assumir

empresa apoiar financeiramente não é intrinsecamente ruim, pois o capital é necessário à sobrevivência da entidade social. Porém, para que o auxílio monetário não gere dependência, é fundamental que ele se encaixe em um plano de ação transformador, que inclua atividades de troca de conhecimentos e *know-how* administrativo, que são, normalmente, pontos fracos das OSCs.

Facilitadores e complicadores da gestão das alianças

Os facilitadores primordiais citados pelas empresas e/ou pelas organizações do governo e do Terceiro Setor foram: tomada de decisões e realização de ações conjuntas; estabelecimento do compromisso entre as partes; otimização de competências; comunicação; transparência e confiabilidade.

No entanto, ainda há dificuldades a serem vencidas no relacionamento entre as entidades com e sem fins lucrativos. Para as empresas, os mais relevantes obstáculos se referem à falta de competência gerencial das instituições do setor social; à dificuldade de comunicação e a alguns conflitos culturais entre as partes. A falta de preparação para o gerenciamento pode tornar-se fator de aproximação, quando ambas estão dispostas a fortalecer a aliança, já que a empresa pode levar à organização os conhecimentos de

gestão. Isso exige, contudo, uma atitude pró-ativa de ambas as partes.

Em relação às organizações governamentais, os principais impedimentos, apontados tanto por empresas quanto por instituições do Terceiro Setor, estão na burocracia e lentidão, que dificultam a tomada de decisão conjunta.

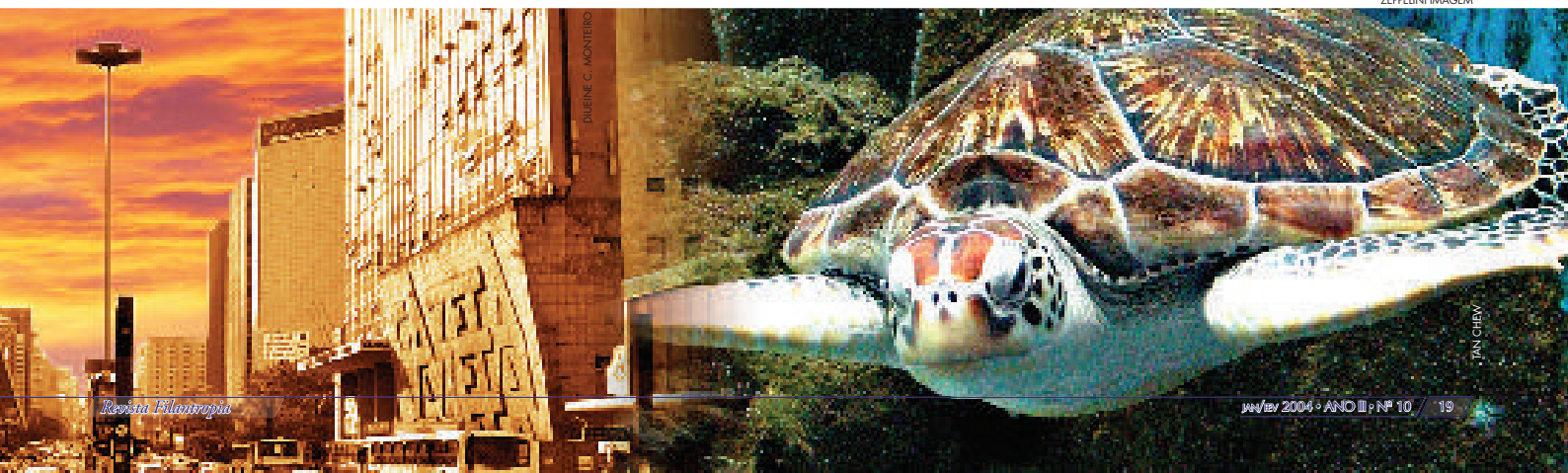
As organizações sociais, por sua vez, colocam como uma barreira no relacionamento com as empresas a preocupação destas com a própria imagem, pois, muitas vezes, isso faz com que algumas ações sejam feitas somente visando à repercussão e não aos resultados sociais. Os problemas fundamentais surgem, porém, das diferenças culturais e de lógica de trabalho existente entre elas e as empresas, o que reflete em dificuldades operacionais e de comunicação.

Diversidade

A ausência de planejamento parece gerar um dos principais desafios que enfrentam as alianças intersetoriais no Brasil: a carência de monitoramento e de avaliação dos resultados e impactos dos projetos sociais, comprovada pelas organizações e empresas entrevistadas pela pesquisa. A maior parte das alianças estudadas se limita a relatórios de prestação de contas dos recursos financeiros investidos e à utilização de indicadores pouco estruturados de avaliação.

A diversidade de iniciativas e estágios é a característica primordial das alianças intersetoriais, que, estabelecidas das mais variadas formas, implicam diferentes níveis de integração entre as organizações aliadas e os resultados dos projetos. Não é possível determinar um modelo único para o estabelecimento de uma aliança intersetorial para atuação social, seja em relação aos resultados efetivos ou aos papéis que cada um dos envolvidos deve assumir. No entanto, é importante que sejam definidas com clareza as expectativas, os propósitos e a compatibilidade da cooperação. Quanto mais claro estiver o papel de cada ator nesse processo, maior a potencialização dos resultados sociais da colaboração. Consequentemente, tanto a sociedade quanto cada colaborador ganharão com isso. Diante da complexidade dos atuais problemas, as organizações dos diferentes setores já começaram a perceber que são necessários esforços sinérgicos de troca e de multiplicação de experiências para se alcançar verdadeiras mudanças sociais. 

Luciana Rocha de Mendonça. Doutoranda e mestre em administração pela FEA-USP-SP, administradora de Empresas pela FEA-USP-Ribeirão Preto; pesquisadora do CEATS-FIA e coordenadora do Curso Sequencial em Gestão do Terceiro Setor da Universidade Anhembi Morumbi.



ZEPPELINI IMAGEM

Uma nova ótica para a contabilidade das entidades educacionais

Leis auxiliam instituições de ensino a comprovar gratuidade

Vivemos em uma época de transformação na natureza do trabalho, na qual a era da industrialização está sendo substituída pela informação. As relações são discutidas, as máquinas substituem as pessoas, o que gera sérias preocupações para a sociedade civil. A revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas exige dos indivíduos a busca constante por informações, na esperança de se acompanhar as modificações que acontecem no campo profissional. Diante dessa realidade, o setor educacional tornou-se forte instrumento, com a difícil missão de formar cidadãos honestos e competentes, capazes de atender à demanda da sociedade.

O papel do Estado

As relações sociais de trabalho estão intimamente ligadas à formação do indivíduo, sendo que o Estado possui várias funções institucionais, que visam a atender essa necessidade. Assim, cabe ao Estado definir e direcionar toda a política educacional do país, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, para que o indivíduo se desenvolva e se prepare para exercer a cidadania e se qualificar no trabalho¹.

Portanto, em tal aspecto, Estado e sociedade civil devem se unir na busca de alternativas para atender ao interesse público, ao bem-comum, satisfazendo as expectativas da segunda quanto à formação de pessoas que tenham condições de enfrentar os desafios proporcionados pelo mercado de trabalho.

Diante da importância do ensino para a nação, criaram-se leis no sentido

de favorecer seu acesso por aqueles com menor poder aquisitivo. Como exemplo, é vedada à União, ao Distrito Federal, aos estados e municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos (inclusive de suas fundações), das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei².

Ao proibir a fixação de impostos sobre as instituições de ensino sem fins lucrativos, o legislador almejava motivar os cidadãos a constituir pessoas jurídicas, com o objetivo de auxiliar o Estado em seu fim institucional de proporcionar educação a todos, principalmente aos menos favorecidos. Surgiram, então, as Instituições de Ensino portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Foi também estabelecido que são isentas de contribuição para a seguridade social³ as organizações beneficentes de assistência social que atendam às exigências da lei.

Benefícios e gratuidades

Para usufruir desses benefícios, as instituições, além de atender a outros requisitos, devem “aplicar anualmente em gratuidade pelo menos 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições usufruídas”⁴.

Constata-se, pois, que, para essas organizações fazerem jus aos benefícios

fiscais, incorrerão em custos (aplicações em gratuidades) necessários para o cumprimento do percentual exigido para obter a isenção das contribuições para a seguridade social.

Nos últimos tempos, discutiu-se, e tem se discutido, a respeito da forma correta de se registrar as gratuidades nos demonstrativos contábeis. Os gastos e os benefícios oriundos do certificado devem ser registrados em contas de compensação⁵. Esse procedimento não reflete a verdadeira situação econômica e patrimonial da entidade, facilitando bastante a ação dos “pilantrópicos”.

Os gestores, o governo e a sociedade necessitam saber de forma clara e transparente qual o valor dos benefícios recebidos, bem como onde e como os mesmos foram aplicados. Tais informações ajudam os interessados a procederem à análise sobre a concessão de benefícios gerados pelo certificado.

Crerios

A contabilidade, como instrumento de informação, precisa se constituir em um mecanismo de controle dos recursos dos quais a sociedade abre mão em troca da prestação de serviços administrados por essas instituições.

O que ocorre na prática é que as instituições de ensino não contabilizam os benefícios fiscais, e também não apuram e nem evidenciam os resultados obtidos com o certificado, apesar de alguns custos serem normalmente contabilizados.

O Conselho Federal de Contabilidade procurou estabelecer critérios⁶ e proce-



Gratuidades não devem ser contabilizadas em contas de compensação, como faz a maioria das instituições, mas em contas de resultado

dimentos para a contabilidade de tais instituições. No entanto, esses critérios precisam ser aperfeiçoados a fim de proporcionar informações que auxiliem os usuários na tomada de decisões.

Diante das situações apresentadas e da possibilidade da contabilidade prestar informações úteis para os gestores, para o governo e para a sociedade, foi desenvolvido um estudo por meio do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, no qual foi apresentada proposta para a contabilização e evidência das gratuidades.

Nesse estudo, concluiu-se que as gratuidades não devem ser contabilizadas em contas de compensação, como faz a maioria das instituições, mas em contas de resultado. Em obediência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, as receitas (bolsas de estudo e assistência social), os custos e as despesas (contribuições para a

Seguridade Social) devem ser contabilizados em contas de resultado, permitindo, assim, o confronto entre receitas e despesas.

A partir daí, é possível apurar e evidenciar o resultado da filantropia e verificar se a entidade está ou não cumprindo a lei. Caso o resultado seja positivo, significa que a organização aplicou mais em gratuidades do que recebeu de benefícios (contribuições para a seguridade social). Por outro lado, se o resultado for negativo, comprova-se que a instituição recebeu mais do que aplicou, não cumprindo o que estabelece a lei.

O estudo demonstra que é possível controlar por meio da contabilidade os gastos com as gratuidades e os benefícios recebidos, havendo como se ter dados no momento em que o gestor, o governo e a sociedade requererem a informação.

A proposta permite que:

- as instituições comprovem os benefícios recebidos e a forma como os mesmos estão sendo aplicados;

- os órgãos fiscalizadores verifiquem se a entidade está ou não cumprindo as determinações legais;
- as organizações evidenciem, de forma clara e transparente, onde e como foram aplicados os recursos recebidos (isenção das contribuições sociais).

Talvez dessa forma, a contabilidade, além de desempenhar seu papel de gerar informações para controle, contribuirá para promover a justiça e a responsabilidade social. 

Carlos Alberto Pereira. Professor Doutor da FEA-USP.

Emanoel Marcos Lima. Mestre em Controladoria e Contabilidade pela FEA-USP, professor universitário e diretor da IM Contabilidade, Auditoria e Consultoria.

1. ART. 205 DA CONSTITUÇÃO FEDERAL DE 1988/CF/88; 2. ART. 150 DA CF/88; 3. § 7º DO INCISO III DO ART. 195 DA CF/88; 4. INCISO VI DO ART. 3º DO DECRETO Nº 2536, DE 6 DE ABRIL DE 1998; 5. CONFORME ESTABELECE A NBC T 10.19 E TAMBÉM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º DO DECRETO 2.536; 6. NBC T 10.19

MBA

GESTÃO E
EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Compartilhe conhecimentos e desenvolva sua carreira

- Público-alvo: profissionais, lideranças e dirigentes que atuam no campo social, na gestão de empresas, organizações sociais e organizações públicas
- 500 horas com atividades e aulas práticas, ao longo de 1 ano, com início em março/2004
- Professores da FEA-FEA/USP, especialistas e palestrantes nacionais e internacionais
- Saída: análise de currículo e entrevista pessoal

O MBA Gestão e Empreendedorismo Social atende as necessidades técnicas e gerenciais de aperfeiçoamento profissional de membros da regulação da 3ª Setor e dos atores de responsabilidade social das empresas.

O curso empregará metodologia e recursos didáticos desenvolvidos pelo CEATS — Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da FEA. O CEATS é a organização pioneira no Brasil a participar da joint venture internacional liderada pela Harvard Business School, o SEKN—Social Enterprise Knowledge Network.

Inscrições abertas
para a 2ª Turma

mbsa_social@fea.com.br
www.fea.com.br/partmbsa
Tel: (11) 3215-7376



Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor



FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Novas regras tributárias afetam entidades beneficentes

MARCOS BIASIOLI

A recente lei 10.833, de 30 de dezembro de 2003, trará mudanças significativas para a vida administrativa da entidade beneficente, que passará a ser a depositária do dinheiro público, a exemplo de todas as demais pessoas jurídicas, multiplicando a responsabilidade de seus administradores.

Apesar de a entidade social ser imune e/ou isenta de tributos, guardados o atendimento aos requisitos da lei, não poderá se eximir de recolher os tributos derivados das retenções de certos pagamentos promovidos em favor de terceiros.

A legislação em estudo visou à minimização do impacto da Cofins nas etapas produtivas e ao barateamento do produto final, contribuindo com o crescimento sustentado da economia (pelo menos foi esse o discurso do governo). No entanto, para muitos segmentos, especialmente àqueles não industriais, como as empresas prestadoras de serviços, o impacto foi de um aumento da carga tributária.

O direito à imunidade/isenção da organização beneficente não foi afetado, porém a rotina contábil e administrativa da mesma passará por mudanças que merecem ser assinaladas.

A partir de 1º de fevereiro, as instituições sociais que mantiverem relações comerciais com empresas de: limpeza; conservação; manutenção; segurança; vigilância; transporte de valores e locação de mão de obra; assessoria creditícia e mercadológica; gestão de crédito; seleção e riscos e administração de contas a pagar e a receber, bem como remunerações de serviços profissionais, estarão

sujeitas à retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Cofins e do PIS/Pasep.

Em termos práticos, a entidade que contratar, por exemplo, serviços de segurança de uma empresa de vigilância pelo valor de R\$ 1 mil, deverá reter na fonte (ou seja, descontar do valor bruto da nota fiscal) 3% inerente a Cofins, 0,65% relativo ao PIS/Pasep e 1% de CSLL, totalizando 4,65%. Em síntese, a empresa que vendeu os serviços receberá líquido o importe de R\$ 953,50 (R\$ 1 mil - 4,65% desse valor).

A instituição também deverá reter na fonte, conforme o caso (vide art. 647 do Regulamento do Imposto de Renda), mais 1,5% a título de Imposto de Renda, implicando afirmar que a referida empresa receberá líquido da entidade o total de R\$ 938,50.

As organizações beneficentes estão dispensadas de promover a retenção na eventualidade de contratarem serviços de empresa que esteja inscrita no Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), a exemplo da Itaipu Binacional e de empresas estrangeiras de transporte de carga ou passageiros.

No caso de o pagamento do serviço ser efetuado para empresa inscrita no Simples, a instituição deverá se resguardar e exigir da prestadora do serviço declaração para fins de não incidência na fonte, assinada pelo representante legal da empresa (modelo no Anexo I da IN SRF nº 381/2004). Tal declaração ficará arquivada para eventual apresentação à fiscalização, sob pena de responder isoladamente pela não retenção do tributo.

O direito à imunidade da organização beneficente não foi afetado, porém a rotina contábil e administrativa da mesma passará por mudanças



“O eventual débito decorrente do não repasse das retenções ainda poderá inviabilizar a renovação do pedido de isenção junto ao INSS”

Marcos Biasoli

DIVULGAÇÃO



A lei também determina que as organizações devem promover o recolhimento da retenção¹ até o terceiro dia útil da semana subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica prestadora do serviço, desde que o valor seja superior a R\$ 10. Se for inferior, a entidade deverá efetuar o recolhimento adicionado às retenções seguintes.

As organizações que possuam filiais devem centralizar o recolhimento na matriz, ante a determinação da Secretaria da Receita Federal.

Em se tratando de operações entre duas entidades beneficentes portadoras da imunidade/isenção fiscal, aquela que tomar o serviço da outra não poderá promover a retenção da Cofins e da CSLL², dado que estão em condição de imunidade tributária. Quanto ao PIS, deverá haver a retenção e pronto recolhimento aos cofres públicos, visto que as instituições estão obrigadas a promover tal recolhimento (ressalvadas aquelas que conquistaram na justiça liminar para não fazê-lo, aventura que não é recomendada).

Outra determinação da lei (complementada pela IN SRF nº 381/2004) é que, anualmente (até o dia 28 do mês de fevereiro do ano subsequente), a fonte pagadora deverá entregar ao contribuinte um Comprovante Anual de Retenção da CSLL, Cofins e PIS/Pasep.

Recomenda-se, também, que tais retenções estejam registradas na contabilidade da instituição e que exista a adequada segregação no plano de contas, para que não haja, no futuro próximo, confusão do

INSS, e tampouco do CNAS em considerar que as retenções fazem parte das isenções usufruídas, aumentando os ônus dos limites de gratuidades que a entidade está obrigada a promover nos termos da legislação vigente, particularmente regulada na IN nº 100/2003, que revogou a IN nº 66/2002, ambas do INSS.

Destaca-se ainda que o eventual débito decorrente do não repasse das retenções ainda poderá inviabilizar a renovação do pedido de isenção junto ao INSS, com fundamento no art. 208, § 3º, do decreto 3.048/98, alterado pelo decreto 4.032/01.

Enfim, a entidade beneficente, além de administrar os problemas sociais, função que caberia ao Estado cumprir, também está obrigada em nome dele a administrar o dinheiro público, recolhendo o fruto daquilo que reteve, cuja remuneração será o aumento dos custos administrativos e o risco de seus administradores responderem pelo crime de apropriação indébita previsto no Código Penal.

É melhor acreditar que, agora que o dinheiro público está em boas mãos, nossos governantes saibam aplicá-los em prol daqueles desprovidos que tanto defendemos. 

Marcos Biasoli. Advogado e assessor jurídico de inúmeras entidades filantrópicas. Mestre pela PUC/SP, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie e pós-graduado pela European University.

1 CÓDIGO NO DARF – 5.952
2 IGUAL TRATAMENTO AO IMPOSTO DE RENDA

Se a sua entidade precisa

- ✓ Assessoria e auditoria de **Relatório e Balanço Social**
- ✓ Gestão e Controle de **Gratuidades**
- ✓ Auditoria Contábil e **Controles Internos**
- ✓ Apoio permanente ao gestor
- ✓ Segurança e tranquilidade frente às **normas legais**
- ✓ Equipe com profissionais com **larga experiência junto ao 3º Setor**

Sua entidade pode contar com a

AUDITUS

Consultoria & Auditoria Independente



www.
auditus
.com.br

Fone
(11) **3661-9933**

A força da articulação

Redes sociais são exemplos de participação democrática e igualitária na busca por uma sociedade melhor

“...a formação de redes sociais pode ser a grande resposta do Terceiro Setor, num plano macro, para o desenvolvimento de uma nova estrutura organizacional mundial e de um novo modo de relacionamento interpessoal mais justos e sólidos.”

Nos últimos anos, percebemos que as organizações sociais brasileiras estão saindo do limbo e encontrando mais espaço e visibilidade em razão do crescente interesse de pessoas, empresas e, conseqüentemente, da mídia, dada a importância do setor social para a sociedade.

Entretanto, mesmo contando com maior apoio, as instituições têm dificuldades em garantir a própria sustentabilidade. Falta de recursos financeiros, humanos, materiais, problemas burocráticos e de gestão são realidade de grande parte das entidades e podem muitas vezes minar boas iniciativas.

Dentro desse prisma, a luta pela sobrevivência dos que compõem o Terceiro Setor vem promovendo, notadamente, união ainda mais estreita entre as entidades sociais. A tendência, portanto, é o fim do isolamento e, com isso, alcançar o objetivo final de garantir melhores condições sociais à comunidade como um todo.

A esse encontro de organizações em torno de um mesmo ponto (uma causa, um tema específico, uma mesma localidade), baseado numa estrutura horizontal, democrática e igualitária, dá-se o nome de Redes Sociais.

Seja no âmbito individual (cada entidade) ou grupal (a própria rede), os benefícios são muitos e o ganho, de todos, ao mesmo tempo em que ambos visualizam o fortalecimento e a implementação de idéias e ações comuns.

Mais que isso, a formação de redes sociais pode ser a grande resposta do Terceiro Setor, num plano macro, para o desenvolvimento de uma nova estrutura organizacional mundial e de um novo modo de relacionamento interpessoal mais justos e sólidos.

Criação de redes

A estrutura em rede não é uma temática nova. Pelo contrário, estudos sobre o assunto já fazem parte da biologia e da física há anos.

No que se refere ao setor social, a Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) define redes como “sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou e/ou temáticas comuns”.

Esta forma democrática e participativa está baseada justamente “em relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo”.

A partir desse entendimento, poderia se dizer que tal conduta organizacional é a que melhor guiaria todo tipo de convivência humana.

No entanto, a sociedade infelizmente ainda está centrada numa estrutura vertical, tradicionalmente piramidal e rigidamente hierarquizada. Para compreender o que isso significa, tome como exemplo o corpo de uma empresa: a ponta da pirâmide seria constituída pelos cargos de presidência e diretoria, enquanto que a base seria formada pela massa de funcionários.

Essa e outras diferenças entre redes e pirâmides mereceram inclusive um artigo de Francisco Whitaker, secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB e organizador do Fórum Social Mundial.

Em Rede: Uma Estrutura Alternativa de Organização, Whitaker comenta, a respeito da organização piramidal: “É um tipo mais usual por causa da influência da cultura e dos modos de agir dominantes. Imita-se, quase naturalmente, a estruturação piramidal da riqueza e do poder na sociedade em que vivemos”.

Segundo ele, a luta pelo poder e a competição são as principais dinâmicas perversas que se estabelecem nas pirâmides entre quem deseja “subir” de posição, podendo originar toda forma de manipulação.

Já as redes, em contraposição, têm seus integrantes ligados horizontalmente, eliminando a idéia de um chefe, de uma



SETOR 3 / WWW.SETOR3.COM.BR

figura central: nas redes, inúmeras pessoas se unem “como uma malha de múltiplos fios, que pode se espalhar indefinidamente para todos os lados”.

Por isso mesmo não há como “subir” a um nível mais alto do que os demais, “nem pretender concentrar ou esconder informações: a livre circulação de informações é a condição básica da existência das redes”, explica Whitaker.

É a essa maneira de participação social que o movimento do Terceiro Setor tem se associado, como resultado da necessidade de pessoas e organizações sociais em potencializar atividades, cumprir metas e otimizar recursos com a troca de informações e experiências.

Importância do mediador

As redes podem atuar tanto nos níveis local e regional, quanto nacional e internacional. Podem ser temáticas, organizacionais (congregando instituições autônomas filiadas, a exemplo de federações, confederações, fóruns etc), sendo virtuais (pela Internet) ou presenciais.

Dada a facilidade e a rapidez na comunicação, inúmeras redes virtuais têm

povoado a internet. A própria Rits é exemplo disso, trabalhando na área da informação e se ligando a outras redes.

Uma dessas parceiras é a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), que tem hoje cerca de 250 associadas, entre as quais promove fóruns e redes diversas.

Daquelas apoiadas pela ABONG, podemos citar a Rede Brasileira de Educação Ambiental; a Articulação no Semi-Árido Brasileiro; a Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos; fóruns nacionais: de Assistência Social, de Mulheres Negras, de Participação Popular e de Reforma Urbana; e muitos outros exemplos de articulações.

Especialmente no caso das redes presenciais, a participação mais efetiva das organizações envolvidas pode depender de uma maior sistematização e planejamento das reuniões.

Nesse caso, por não haver a figura de um líder – já que todos atuam em mesmo grau de importância – existe a necessidade de um mediador ou facilitador para fazer a interface entre os participantes, orientando-os e dando a dinâmica das reuniões, inclusive para que a rede não saia do foco proposto.

Alunos mostram resultados do curso de confeitaria na Casa de Cultura

“Uma rede supõe algum tipo de serviço que facilite a circulação de informações, como um secretariado ou um conjunto de secretariados interligados” Francisco Whitaker



SETOR 3 / WWW.SETOR3.COM.BR

Nestor Quintos de Oliveira,
gestor da Casa de Cultura e Educação São Luis

“No que se refere à mediação, o Senac-SP procura mobilizar instituições, organizar encontros, levar informação aos integrantes e fazer circular e registrar as informações, ações, decisões e atividades.”

“Uma rede supõe algum tipo de serviço que facilite a circulação de informações, como um secretariado ou um conjunto de secretariados interligados”, sugere Whitaker.

Ciente de sua influência na rede, o Senac São Paulo é um exemplo de mediador de êxito. Somente na cidade onde a instituição atua, existe uma rede constituída por quase 500 organizações sociais articuladas em dez redes locais e três redes temáticas.

Redes do Senac-SP

A história das redes criadas pelo Senac paulista se iniciou em meados de 1997. Naquela época, a entidade oferecia, durante seis meses, atividades de capacitação profissional em parceria com organizações sociais, por meio do programa O Senac Está Aqui.

Em face do sucesso do projeto, cursos como confeitaria e cabeleireiro eram cada vez mais procurados por instituições de toda cidade de São Paulo. “Achávamos que não seria possível dar conta de tantos pedidos”, diz Jorge Silveira Duarte, gerente do Centro de Tecnologia e Gestão do Terceiro Setor e gestor do projeto Rede Social do Senac-SP.

Para resolver a situação, e ao perceber que poderia realizar outros tipos de ações com as comunidades, o Senac-SP decidiu reunir líderes de organizações para conhecer melhor as demandas e as reais necessidades.

Assim, em 98, organizou uma reunião com entidades de uma mesma região, com a participação de 15 representantes. “Na ocasião, houve, naturalmente, troca de informações e interesses que pareciam beneficiar as entidades. Isso nos despertou o desejo de fomentar novos encontros”, relata Duarte.

Outras reuniões se seguiram e, aos poucos, foi se criando o que hoje são as redes sociais apoiadas pelo Senac-SP. Atualmente, elas seguem uma metodologia própria, consolidada desde 99, que se conceitua por: “reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos em torno de interesses comuns e de fortalecer os atores sociais na defesa de suas causas, na implementação de seus projetos e na promoção de suas comunidades”.

Para estabelecer parâmetros próprios sobre sua função dentro da rede, a entidade se define como articuladora, mediadora, parceira em projetos e capacitadora.

No que se refere à mediação, o Senac-SP procura mobilizar instituições, organizar encontros, levar informação aos integrantes e fazer circular e registrar as informações, ações, decisões e atividades.

Ao seguir a metodologia de redes sociais do Senac-SP, as entidades têm em mãos uma ferramenta capaz de colocar em prática planos que muitas vezes ficavam somente no papel. “Sobravam idéias que não se transformavam em projetos claros nos quais a sociedade pudesse investir. Hoje, o objetivo é fazer das reuniões algo mais efetivo, com a saída de propostas voltadas para a melhoria da comunidade”, diz Duarte.

Rede São Luis

Graças a esse modelo de trabalho, entidades do Distrito do Jardim São Luis, na zona sul de São Paulo, conseguiram realizar junto ao Senac-SP alguns projetos desenvolvidos em reuniões do grupo.

Pioneira entre as redes formadas pela instituição, a Rede São Luis foi constituída oficialmente em 1999 e atualmente congrega 27 organizações, contando com diversos parceiros, como o Banco do Brasil, Alcoa, Instituto Pão de Açúcar, Sesc, Senai, universidades, governo estadual e municipal.

Entre as principais ações efetivadas, destacam-se os projetos Site Solidário e o Mais Saúde na Comunidade.

O primeiro teve como propósito contribuir para a inclusão de organizações sociais na internet, possibilitando a divulgação de ações e programas.

O projeto já contemplou 40 entidades na região sul da cidade de São Paulo, sendo que outras 20 serão incluídas no segundo semestre desse ano. Para tanto, foram capacitadas pelo menos duas pessoas de cada organização na apresentação e manutenção da página da web.

Visando orientar a população para o uso indevido de drogas e a gravidez não planejada na adolescência, uma parceria entre a ONG Barong Interservice, o Centro de Referência e Treinamento DST/Aids, e o Senac-SP resultou no projeto Mais Saúde na Comunidade.

A ação consiste em oficinas de capacitação de membros de entidades sociais a respeito de doenças como Aids e outras DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis). O intuito foi formar até 30 multiplicadores de informação, a fim de mudar o quadro de saúde local.



A confraternização das redes durante o evento do Dia de Ação de Graças, em parceria com o Senac

Lanche preparado pelos alunos do curso de aproveitamento total do alimento, ministrado pelo Senac São Paulo



SETOR 3 / WWW.SETOR3.COM.BR

SETOR 3 / WWW.SETOR3.COM.BR

Projeto ousado

Além das questões relacionadas à saúde, a região enfrenta outros problemas urbanos comuns causados pela pobreza e exclusão social. Com mais de 300 mil habitantes, o Distrito do Jardim São Luis apresenta moradias precárias e a intensa presença de favelas.

Segundo dados colhidos pela rede, o local é um dos mais violentos do mundo, registrando de 15 a 20 óbitos semanais pelas mais diversas causas.

Para tentar reverter esse cenário, as organizações da rede São Luis estão propondo ao governo e à iniciativa privada a construção de um parque cultural, educacional e esportivo na região, em benefício de toda a comunidade.

Orçado em cerca de R\$ 3,8 milhões, o projeto é considerado estratégico do ponto de vista da inclusão social.

Trata-se um grande complexo de 27 mil metros quadrados, que prevê quadras esportivas, piscinas para adultos e crianças, espaço para cursos e atividades culturais, para apresentações de grupos artísticos da

comunidade, feiras, eventos e exposições e área verde.

Entidades sociais da região, como a Casa de Cultura e Educação São Luis, também reforçam a importância desse projeto para transformar a difícil realidade da comunidade.

Casa de Cultura e Educação São Luis

“A criação do Parque Cultural é resultado da carência enorme da região ao acesso da cultura, lazer e esportes, em vista da falta desses espaços”, revela Nestor Quinto de Oliveira, gestor da Casa de Cultura Educação São Luis.

Com sete anos de atuação, a organização se orgulha, hoje, de oferecer atividades variadas aos moradores, entre elas, informática, ginástica, teatro, dança, ioga, oficinas de costura, inglês e espanhol, curso de auxiliar de contabilidade e outras.

Sobre os impactos na vida da comunidade, Nestor não tem dados concretos, mas diz existir pessoas que entraram no mercado de trabalho com a ajuda da instituição. “Quase todos os que saíram

do curso de cabeleireiro, por exemplo, estão empregados ou abriram negócios próprios”, afirma.

Segundo ele, a entidade recebe diariamente cerca de 400 pessoas entre jovens, adultos e idosos que participam de atividades livres ou cobradas por um valor médio de R\$ 15, voltadas para o pagamento de professores (que ganham em torno de R\$ 300) e despesas gerais da Casa.

Para uma organização que não dispõe de nenhum título de utilidade pública, que poderia lhe permitir benefícios fiscais, essa forma de captação de recursos é insuficiente para mantê-la funcionando.

Pensando nisso, Nestor sugere um projeto de uma cooperativa de produção de alimentos, fazendo melhor uso da cozinha da instituição. “Com o apoio de empresas, pretendemos criar um local de exposição e venda de itens aprendidos nos cursos de confeitaria e culinária”, explica.

O líder reconhece que essas e outras iniciativas elaboradas em conjunto são prova do poder de articulação das pessoas. Inclusive, entende a formação da rede como uma possível mudança de cultura do Terceiro Setor. “Ge-



Registrada no CRC e CVM

*Buscar a Excelência de Serviços requer
Integridade nos Negócios e Espírito de Corpo,
obtidos através da Sinergia entre
Soluções Profissionais Inteligentes e
uma permanente Postura Ética.*

- Exame de demonstrações financeiras
- Revisões limitadas e específicas
- Revisão de normas e procedimentos de controles internos
- Perícia Contábil
- Terceirização das atividades de auditoria interna
- Treinamento
- Assessoria de gestão

www.lmauditores.com.br

lmauditores@lmauditores.com.br

Fone: 11-5572-3962 | Fax: 11-5573-2930

Rua Pedro de Toledo, 80 - 10º andar | São Paulo - SP



almente, as organizações pensam somente em si próprias e não querem compartilhar informações. No entanto, para realizarem um bom trabalho, elas devem ser abertas e saber trocar experiências”, conclui.

Retrato das organizações sociais

Composta por entidades sociais de base, como associações de bairro, creches e pequenas associações, a Rede São Luis é um espelho da realidade de diversas outras organizações sociais brasileiras.

Os anos de trabalho com a rede, portanto, permitiram a Jorge compor algumas observações a respeito do contexto atual da sociedade civil organizada.

Falta de planejamento estratégico e dificuldades na elaboração de projetos para captação de recursos são os principais fatores verificados pelo profissional que comprometem seriamente a sustentabilidade institucional das organizações. “Pouco se evoluiu em termos de comunicação, investimentos na formação profissional das equipes, desenvolvimento de metodologias para gerir recursos e serviços. De resultado, elas perdem em visibilidade que pode levar à falta de credibilidade”.

Ele também analisa a relação com o setor privado, dizendo que ainda é tímida e gera muita desconfiança entre as entidades sociais. “A percepção é de que vão tirar algum proveito do seu trabalho. Talvez seja por causa da falta de conhecimento sobre iniciativas de responsabilidade social corporativa que começam a despontar”.

Por outro lado, há muitos pontos positivos no que diz respeito à atuação de dirigentes das instituições, percebidos por Jorge como lideranças com grande sensibilidade, espírito solidário, predispostas a produzir melhorias no meio social. “Eles tendem a relegar suas necessidades a um segundo plano em favor do coletivo e são inteiramente dedicados às causas”, revela.

Entretanto, ele alerta que a forma de gerenciamento dos líderes nem sempre segue princípios democráticos, parecendo reproduzir o modelo autoritário, “talvez na tentativa de garantir a ordem e a sobrevivência do projeto inicial”.

A partir dessas constatações, o Senac-SP sentiu a necessidade de oferecer um programa de capacitação de longo prazo, mais aprofundado, que pudesse abranger grande número de organizações interessadas numa gestão mais profissional e eficiente.

Como consequência, permitiria às entidades participantes estender os conhecimentos para a rede, contribuindo para o fortalecimento do próprio grupo.

Programa de capacitação Formatos 500

Desta forma, o Senac-SP inaugurava, no ano passado, o programa Formatos 500. A iniciativa foi destinada a 500 organizações de base comunitária das cinco regiões da cidade de São Paulo (norte, sul, leste, oeste e centro), buscando beneficiar, indiretamente, cerca de 250 mil pessoas atendidas diariamente pelas ONGs.

Com o apoio do Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, Secretaria de Assistência Social do município e da Fundação Banco do Brasil, o programa inclui temas como planejamento estratégico, elaboração e gerenciamento de projetos sociais e captação e mobilização de recursos.

Atualmente, o Formatos 500 já alcança sua última etapa, com a incubação de 25 projetos sociais que contam com a assessoria e o apoio técnico do Senac. Os cinco melhores ainda tiveram direito a uma visita monitorada a instituições norte-americanas, realizada no ano passado por representantes das entidades premiadas. As 500 organizações participantes também integram a rede social do Senac-SP.

Próximos desafios

Para esse ano, o Senac-SP dará continuidade ao programa Formatos 500, buscando apoio da iniciativa privada e do governo para conseguir implantar os 25 projetos escolhidos.

Segundo o gestor de redes sociais do Senac-SP, a entidade também planeja formar mais sete redes locais na cidade de São Paulo, além das já existentes (Ipiranga, Freguesia do Ó, Carapicuíba, Penha, São Luis, Real Parque, Vila Prudente e a Rede Social de Cultura ligada à Rede São Luis).

A instituição também visualiza este aumento em todo o Estado de São Paulo. “Pretendemos estender nossa metodologia a cerca de 60 outras unidades do Senac”, afirma Jorge.

Ainda está previsto o lançamento de um site totalmente voltado para as redes sociais, com balanço do trabalho das redes

REDE SÃO LUIS (SENAC-SP)

Tipo de rede social: Local – Jardim São Luis (Zona Sul-SP)

27 entidades participantes

40 fóruns realizados: mais de

cerca de R\$ 3,7 milhões

Movimentação financeira anual

Poder público (34%)

Origem principal dos recursos das entidades

Principais dificuldades das entidades:

- Falta de recursos financeiros e humanos, burocracia do Estado, captação de recursos, qualificação de pessoal, participação constante da comunidade, infra-estrutura deficiente

Principais projetos realizados:

- Mais Saúde na Comunidade, Site Solidário, Ação de Graças

Projetos em andamento:

- Construção de um parque cultural

FONTE: SENAC-SP



Jovens em atividade na Casa dos Meninos, organização que integra a Rede Social São Luis



SETOR 3 / WWW.SETOR3.COM.BR

“...o Senac-SP sentiu a necessidade de oferecer um programa de capacitação de longo prazo, mais aprofundado, que pudesse abranger grande número de organizações interessadas numa gestão mais profissional e eficiente.”

e informações de cada organização participante, que também ganhará uma página própria na internet.

Em 2003, 16 entidades inauguraram suas homepages por meio do projeto Site Solidário, da Rede São Luis, em parceria com a Faculdade Radial. “A atualização dos sites será feita pela própria comunidade, devendo conter dados sobre ações e projetos realizados e indicadores próprios de impacto social”, adianta Jorge.

O intuito da instituição, ao final de tudo, é que as entidades possam construir seus caminhos sozinhas e colher futuramente seus frutos, já mais fortalecidas.

Cada uma com a casa em ordem, elas podem, juntas e em rede, ser instrumento poderoso de influência de políticas públicas e, talvez ainda, de transformações sociais profundas e definitivas.

“A proposta é construir, a partir do coletivo, o mundo que queremos. Como o futuro ainda não existe, o amanhã só pode ser hoje. Portanto, é mais do que o momento de enxergarmos nosso entorno e nossas relações, perceber e motivar a força propulsora que existe quando nos organizamos em torno do bem comum”, acredita Jorge. 🍌



Grupo Arilton Portella

www.ara-atualiza.com

- ◆ Contabilidade entidades do 3º setor
- ◆ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ◆ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 – Vista Alegre
Curitiba – Paraná CEP 80820-580

Fone (41) 335-3437
Fax (41) 336-2814

DEFESA DA CRIANÇA

A cumplicidade transformada em cidadania

A cada minuto uma criança é vítima de violência doméstica no Brasil. Absurdamente chocante, não fosse um retrato verdadeiro da realidade brasileira. Sendo assim, mais que somente blasfemar contra os culpados diretos ou a omissão social, torna-se urgente empreender ações reagentes. E, quando se fala em agir, não é possível alcançar solução duradoura sem a vigilância e a participação coletivas. Para tanto, a banalização das agressões deve ser interrompida, em face da normalidade com que esses assuntos são encarados nos dias atuais. Quaisquer que sejam as razões que osem explicar a violência contra crianças e adolescentes, elas certamente perdem força frente aos problemas que podem ser criados em decorrência de tais atos.

no fêmur esquerdo. O caso poderia ser simplesmente fruto do excesso de energia do pequeno, somado ao descuido de pais muitas vezes despreparados e desatentos. No entanto, três meses depois, a mesma criança voltou ao hospital com uma fratura no fêmur direito. Apresentava-se ali uma vítima de agressão física. Assim como esse caso, diversos outros faziam parte do cenário daquela instituição de saúde, o que motivou o chefe do serviço de Pediatria, Dr. Lauro Monteiro, a idealizar e constituir uma equipe de profissionais das áreas de saúde, educação, direito e serviço social. “Nossa proposta foi criar um centro de referência no desenvolvimento de ações e pesquisas voltadas para a defesa de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar”, afirma Lauro, dirigente da Abrapia.

Fonte de informações

A mesma fonte que gerou a informação do início do texto também traz outras considerações igualmente preocupantes, como, por exemplo, descobrir que 93,5% das agressões domésticas contra a criança brasileira são causadas por parentes próximos. Seria muito mais confortável não ter de divulgar esse tipo de dado, mas, como o fato é real, precisa-se valorizar e incentivar a pesquisa nesse sentido. É o que faz a Abrapia – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. Criada em 1988, a organização não-governamental assumiu como missão a conscientização da sociedade para os riscos sociais e pessoais e, sobretudo, a devolução da auto-estima das crianças e adolescentes vitimados e explorados. A organização tem travado fortes batalhas para continuar sendo referência no assunto, encarando obstáculos como as mudanças governamentais, ou seja, alterações nas regras do jogo.

O início da trajetória

Há aproximadamente 15 anos, na pediatria do Hospital Municipal Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, um bebê de três meses se tratava de uma fratura

Definição de diretrizes

“As diretrizes da Abrapia estão voltadas para programas que viabilizem condições favoráveis para o desenvolvimento infanto-juvenil, a realização de estudos e pesquisas relacionados a crianças e adolescentes, além do trabalho pela promoção da cidadania infanto-juvenil, a valorização da família e a mobilização da sociedade”, destaca o dirigente. É uma teia de ações para colaborar de forma efetiva na redução de todos os tipos de violência intrafamiliar contra os menores. Vale ressaltar que, apesar dessas vítimas sofrerem agressão dentro de casa (ou seja, dentro da própria unidade familiar), o assunto é público, deixando de ser apenas de interesse particular.

Entendendo a violência contra crianças e adolescentes

O cidadão é peça fundamental para a engrenagem da justiça funcionar. Por isso, é importante compreender o que é a violência. Com esse intuito, a Abrapia se esforça para esclarecer os tipos de agressões, sendo as mais frequentes a física, psicológica, a sexual e a negligência.

Divulgação



Ao lado, Lauro Monteiro, fundador da instituição. Abaixo, funcionárias trabalhando.



Divulgação

Por meio de canais de denúncia, a Abrapia recebe e trabalha com milhares de casos de crianças e adolescentes vítimas de violência

São muros, tapas, queimaduras, rejeições, discriminações, preconceitos, omissões e estupro, entre outras que boicotam o futuro de tantos e agravam o desequilíbrio social. O trabalho de pesquisa e divulgação do retrato de uma infância que sofre cumpre o papel de mobilizar atenções e convocar a sociedade a tomar atitudes. Para fomentar a ação social, a organização criou alguns canais de participação ativa. É a maneira de tirar o indivíduo da situação de cúmplice e passá-lo à condição de cidadão.

Resultados e desafios para manter os canais abertos

Um dos programas da Abrapia simboliza a meta da organização: o SOS Criança, que surgiu em dezembro de 1988 com o objetivo de receber denúncias de todo o estado do Rio de Janeiro sobre qualquer dos tipos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Para democratizar a forma, as comunicações eram feitas pessoalmente, por telefone, carta, fax, e-mail ou pela internet. Lauro Monteiro explica que “a partir da denúncia, o caso tinha acompanhamento de uma equipe multiprofissional, com assistentes sociais, psicólogos e advogados. O time trabalhava a conscientização e reintegração do núcleo familiar com as crianças, adolescentes e as famílias, por meio de entrevistas e visitas domiciliares”.

Nota-se que o parágrafo anterior foi escrito com o tempo verbal no passado. Isto porque há quatro anos, aproximadamente, o governo estadual, parceiro oficial do SOS Criança, interrompeu o repasse de recursos, minando a força da ação. A justificativa era a criação de uma central própria de denúncia que, até o momento, ainda não foi colocada em funcionamento, segundo Lauro.

A Abrapia tem outro caso para contar dentro dessa linha de parcerias intersetoriais interrompidas. “No início de 2003, o governo federal interrompeu o repasse de verbas para o disque-denúncia nacional

que mantínhamos, programa que atuou durante seis anos e que, no intervalo de um ano e meio, por exemplo, recebeu mais de 1.100 denúncias”, informa o dirigente. Como aconteceu com o outro programa, a explicação era de que um serviço do governo entraria em ação, o que também ainda não ocorreu. No entanto, por continuar recebendo muitas denúncias, a Abrapia as envia atualmente para a Secretaria de Direitos Humanos do Gabinete da Presidência da República. Além disso, quando o assunto é diagnosticar a existência ou não de violência contra menores, a organização ainda recebe constantes consultas dos conselhos tutelares.

Outros programas

Outra vertente do trabalho é a democratização do conhecimento gerado. Tanto que o Setor de Documentação é referência nacional para a consulta de estudantes, universitários e profissionais de diversas áreas que lidam com a criança e o adolescente. O acervo do setor tem hoje 830 publicações, além de periódicos (jornais e revistas), textos técnicos e fitas de vídeo. A organização também possui cartilhas e cartazes a respeito dos temas em questão. O material é produzido com a intenção de incrementar o debate sobre as causas e possíveis soluções para os variados graus de violência doméstica.

Somente assim, com a exposição maciça da verdade e o envolvimento de cada cidadão, será possível fazer o dever de casa, que está longe da violência, mas perto da atenção e educação. Tudo para que seja possível um dia não ter de concluir um texto dizendo que, no intervalo de leitura do mesmo, pelo menos oito crianças sofreram algum tipo de violência. 

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



É uma teia de ações para colaborar de forma efetiva na redução de todos os tipos de violência intrafamiliar contra os menores

OS NÚMEROS DA ABRAPIA

15 anos de atuação

6 anos de manutenção do disque-denúncia

830 publicações no Setor de Documentação, referência nacional para consulta



DIVULGAÇÃO

INFORMAÇÕES

 Rua Fonseca Teles, 121, 2º andar
São Cristóvão – CEP 20940-200
Rio de Janeiro/RJ

 www.abrapia.org.br

 (21) 2589-5656
Fax (21) 2580-8057

A.Mão amiga

FELIPE MELLO E ROBERTO RAVAGNANI



A entidade tem uma história de dedicação e carinho a uma turma que conta com idade mínima de 65 anos

Passeio ao MAM com os idosos



A população de todo o mundo está envelhecendo, mas em que condições estão aqueles que atingiram tal estágio da vida? Uma análise breve evidencia que não é fácil envelhecer em pleno século 21, especialmente nos países mais pobres. Se antes havia o temor de instabilidade causada por jovens desempregados, suscetíveis a serem recrutados para atividades criminosas, a existência de um grande grupo de idosos desperta outras preocupações. O aumento do número dessa parcela da sociedade acarreta uma série de impactos: aumentam as pressões sobre os sistemas de atendimento médico, sobre planos de saúde e seguro social, bem como sobre os fundos de pensão particulares.

Estudo mundial da ONU

Incluir no debate social a questão da crescente população de idosos é ponto importante para o bem-estar das comunidades. O estudo Envelhecimento Populacional, publicado pela ONU, ainda reforça tal necessidade. Segundo esse mapa, nas nações mais pobres, os indivíduos com mais de 60 anos já representam um quinto da população. As previsões indicam que a proporção chegará a um terço até 2050. O grupo etário que mais aumenta no mundo é o de pessoas acima de 80 anos. O crescimento é de 3,8% ao ano. Ou seja, serão bilhões de seres humanos na fase da velhice – certamente dezenas de milhões deles em território brasileiro. E por tocar no assunto, como está a situação do idoso no nosso país, afinal? Ainda: como estará no futuro próximo?

A situação brasileira

Recentemente, o Brasil deu um passo necessário e importante: aprovou o Estatuto do Idoso, trazendo nova leitura aos direitos dessa parcela da população. Para se ter uma idéia, as estimativas indicam que, a partir do ano de 2020, o país terá a sexta maior população idosa do mundo, o que corresponderá a 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos. É claro que um conjunto de

leis é uma evolução, mas não é um fim em si mesmo. Basta lembrar que a Constituição, vigente desde 1988, garante, entre outros benefícios, saúde e educação gratuitas e de qualidade. Sendo assim, precisa-se extrapolar as bem redigidas folhas do papel, que notoriamente tudo aceita, e colocar em prática a teoria. Um caminho a seguir é a viabilização de parcerias intersetoriais, contemplando governo, empresariado e a sociedade civil organizada, o proclamado Terceiro Setor.

Uma organização com 90 anos

A história comprova que a comunidade sírio-libanesa é parte da construção do Brasil, especialmente na região da grande São Paulo. Tal participação vai muito além do empreendedorismo voltado ao comércio, a exemplo da Sociedade Beneficente “A Mão Branca” de Amparo aos Idosos – organização sem fins lucrativos criada por integrantes dessa comunidade, cuja missão é atender idosos de ambos os sexos em regime de internato e semi-internato, sem fazer distinção de classe, religião ou raça, e sem levar em consideração condições financeiras ou estado de dependência.

Fundada em 1912 no bairro Chácara Santo Antonio, zona sul de São Paulo, a entidade tem uma trajetória de dedicação e carinho a uma turma que conta com idade mínima de 65 anos. “Atualmente atendemos 150 pessoas que têm, em média, de 80 a 85 anos. Há, inclusive, residentes com mais de um século de história para contar”, esclarece Elizabeth Camasmie Zogbi, presidente da entidade.

Na “Mão Branca”, como é chamada, as prioridades são a animação e o bem-estar dos idosos. O convívio social e os cuidados com a saúde também recebem atenção especial. A parceria com a Escola Paulista de Medicina garante a constante atualização da medicina geriátrica, da enfermagem padrão, nutrição e da terapia ocupacional da organização.

A sociedade beneficente conta com um privilegiado espaço físico de 4 mil

Organização sem fins lucrativos de São Paulo atende, há mais de 90 anos, centenas de idosos em regime de internato e semi-internato

metros quadrados de área construída e 5 mil de alamedas e jardins. É um espaço amplo para o preenchimento do tempo daqueles com muita energia ainda para gastar. “A estrutura interna oferece aposentos, salão de festas, salas de refeições, fisioterapia, computação, lazer, música, biblioteca e capela. Já a área externa apresenta espaços para piquenique e recreação, jardins, praças e uma igreja”, relata Elizabeth.

Equipe de funcionários e voluntários

A instituição mantém uma equipe de 104 funcionários responsáveis pelos serviços de administração, enfermagem, medicina, nutrição e terapia ocupacional. Além do regime de internato, outra idéia ganhou espaço dentro de seus domínios: um conceito de hospedagem em regime de semi-internato, com o objetivo de atender às famílias que não têm com quem deixar seus parentes durante o dia. Pode-se dizer que se trata de uma versão para idosos das creches infantis, muito alinhada à idéia de que os mais velhos, afinal, são apenas crianças há mais tempo. O novo serviço oferecido à comunidade está em fase de lançamento, sendo que uma senhora já frequenta a organização diariamente.

“Nossa meta agora é a construção da nova ‘Mão Branca’, um centro geriátrico no km 26 da Rodovia Raposo Tavares, em Cotia. O projeto vai aliar recursos de saúde e lazer em um ambiente extremamente natural”, diz a presidente. E os projetos não param por aí. A instituição se prepara para abrir as portas aos moradores do bairro de mesma faixa etária. Monitorados por alguns dos 70 voluntários da entidade, eles terão acesso às oportunidades de lazer que são oferecidas aos internos.

O programa de voluntariado respeita algumas fases: há inicialmente uma entrevista, seguida de um curso preparatório para a especificação do trabalho com idosos e a apresentação do regulamento da casa. Duas vezes por semestre acontecem reuniões com os voluntários para capacitar,

renovar atividades e integrar a equipe. Além disso, há um livro de presença para acompanhamento da assiduidade e compromisso dos participantes, uma caixa de sugestões e uma coordenação de voluntariado trabalhando diretamente com a presidência. Elizabeth complementa: “Formamos uma rede de voluntários que se responsabiliza pelas atividades de recreação e estimulação dos idosos. Por isso, investimos na seleção e capacitação daqueles que estão conosco”.

Recursos necessários para manter os trabalhos

Não é preciso explicar que a estrutura apresentada requer auxílio financeiro para se sustentar. Assim, a organização faz coro com aqueles integrantes do Terceiro Setor, que buscam sua manutenção na diversificação das fontes de capital. A explicação é a segurança que o trabalho ganha quando fica livre da dependência de uma única parceira.

“A participação da comunidade é intensa na arrecadação de recursos, trazendo contribuições mensais de empresas, sócios e familiares dos hóspedes, e organizando bazares e festas beneficentes”, conta Elizabeth. Além disso, a “Mão Branca” capta recursos com o aluguel de imóveis próprios (a maioria doada à organização), aplicações financeiras, aluguel de espaço para a colocação de outdoors e doações pela internet. A fim de deixar clara a aplicação do capital arrecadado, um balanço anual é publicado em jornal de grande circulação.

Como dizia o saudoso Betinho, qual a força de uma iniciativa multiplicada por milhões? A Sociedade Beneficente “A Mão Branca” de Amparo aos Idosos trabalha pela dignidade de centenas de senhores e senhoras. São exemplos como esse que indicam o caminho a trilhar no equacionamento da questão do envelhecimento populacional: colocar, em primeiro plano, o respeito à pessoa e às peculiaridades de uma fase tão bela e delicada da vida. ☺



Comemoração de aniversário no salão de festas

OS NÚMEROS DA MÃO BRANCA

91 anos de existência

150 idosos atendidos atualmente

4 mil metros quadrados de área construída

104 funcionários

70 voluntários



INFORMAÇÕES

Avenida Santo Amaro, 6.487
CEP 04701-100 – São Paulo/SP
www.amaobranca.hpgig.com.br
(11) 5687-9366
Fax (11) 5522-4650

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

A decadência da sociedade e a fórmula da comunidade

O princípio ativo de comunidade existe e funciona, como no exemplo do Dispensário Santana

O conceito de comunidade é trabalhado há muito tempo, por diversos pensadores e teóricos. Exemplos não faltam. Tönies procurou criar uma concepção de comunidade pura, idealizada. Nessa linha, fica clara a oposição entre comunidade e sociedade. Para ele, a primeira tinha motivação afetiva, era orgânica, lidava com relações locais e com interação. As normas e o controle se davam pela união, hábito, costume e religião. Seu círculo abrangia família, aldeia e cidade.

Já a sociedade era a frieza, o egoísmo, fruto da calculista modernidade. Sua motivação era objetiva, mecânica, observando relações externas e complexas. As normas e o controle se davam pelas convenções, leis e opinião pública. Seu círculo abrangia metrópole, nação, Estado e mundo. Enfim, a partir de sua conclusão, Tönies classificava a comunidade como o estado ideal dos grupos humanos e a sociedade, por outro lado, a parte corrupta e desequilibrada.

A decadência da comunidade

Assim como a teoria comunitária foi amplamente discutida, a decadência da mesma também polarizou opiniões. De forma geral, atribuiu-se a dificuldade de se criar e manter comunidades saudáveis e sustentáveis ao individualismo e ao culto à personalidade. A industrialização e a criação de uma sociedade de consumo deu um duro golpe na possibilidade de um senso baseado no comum, ou seja, no bem-estar coletivo. A bola da vez passa a ser a competição desenfreada, a cobrança pelo sucesso – o “subir na vida”, independentemente das ferramentas aplicadas para tal objetivo. Um verdadeiro paraíso maquiavélico, no qual os fins justificariam os meios.

Diagnóstico e receita

O tempo passou e, devolvendo a palavra a Tönies, a sociedade venceu, mas não convenceu. A frieza e o egoísmo plantaram vento e agora colhem tempestade. No cenário brasileiro, o governo, em todas as suas esferas, evidencia diária e crescentemente a própria incapacidade de resolver as demandas sociais. Dois aspectos primários, saúde e educação, ainda estão longe de ser equacionados a contento. Isso só para ficar na seara das necessidades básicas.

A sociedade está desequilibrada e precisa de muitos braços para parar de pender contra os menos favorecidos. Estaria na hora de investir enfaticamente na idéia de comunidade? Se sim, de que forma? O Terceiro Setor, este corpo multifacetado que cresce ininterruptamente, dá exemplos concretos. O desafio é vencer as vaidades, estancar a sangria da corrupção e desenvolver métodos que possam democratizar certas fórmulas encontradas. O princípio ativo existe e funciona, como no exemplo do Dispensário Santana.

A história da organização

Evangelizar, educar, proporcionar saúde e promoção social, com metas prioritárias voltadas à criança, ao adolescente, ao idoso e às camadas mais carentes da sociedade e, particularmente, à busca da recuperação dos meninos de rua. Essas são as diretrizes do Dispensário Santana, projeto social iniciado em 1983 no Jardim Acácia, no município baiano de Feira de Santana.

Basta observar as instalações da organização para entender a dimensão do trabalho. Só o prédio principal tem mais de 6 mil metros quadrados, dentro do qual funciona um abrigo para 30 senhoras, uma escola com 22 salas, um centro de saúde e uma oficina para a confecção de bijuterias.

Além disso, próximo à sede da entidade, desenvolvem-se outros projetos, como uma quadra de esportes coberta, sorveteria, padaria, fábrica de detergentes, creche, centro profissionalizante e uma serigrafia. A atuação do Dispensário Santana ainda ultrapassa as fronteiras do Jardim Acácia: o Centro de Formação e Promoção Maria de Nazaré, com capacidade para 90 pessoas, situa-se no bairro Papagaio.

Os resultados alcançados

Contando com toda a estrutura apresentada, o trabalho da instituição contabiliza resultados sólidos. São quase 200 voluntários e mais de uma centena de funcionários atuando diretamente com a população do Jardim Acácia, estimada em oito mil habitantes.

A evangelização tem papel muito importante, uma vez que reúne aqueles que serão multiplicadores dos ideais do Dispensário Santana. Os cursos de formação de lideranças são frequentados por 160 pessoas. Cerca de 330 crianças, de 7 a 14 anos, fazem a catequese nos finais de semana. O grupo de jovens conta com 45 integrantes e outros movimentos religiosos reúnem público variado.

NÚMEROS DO DISPENSÁRIO SANTANA

200 voluntários

233 vagas nas oficinas de orientação para o trabalho

63 alunos na alfabetização de adultos

670 crianças e adolescentes no ensino fundamental



DIVULGAÇÃO



Aulas de caratê na instituição

O foco do Dispensário

Dentre as atividades desenvolvidas, fica claro que a prioridade da entidade está no trabalho educacional. A creche recebe 92 crianças, de três e quatro anos. No ensino fundamental estão 670 crianças e adolescentes e a alfabetização de adultos reúne 63 alunos no período noturno, além das atividades esportivas durante todos os dias da semana.

Nas oficinas de orientação para o trabalho são oferecidas 233 vagas para adolescentes em diversos cursos: serralharia, fábrica de vassouras, fundição de bijuterias, sorveteria, panificação, detergentes, fabricação de detergente, serigrafia, artesanato, pintura, culinária, bordado, confecções e bijuterias. Há outros cursos para jovens e adultos, como corte e costura, computação, doces e salgados, pintura em tecido, embalagens, redação, língua portuguesa e língua estrangeira.

Não há dúvidas de que a oportunidade de estudar e aprender um ofício são ingredientes indispensáveis na fórmula de redução do desequilíbrio social. Até porque uma força de trabalho educada e capacitada é tão fundamental quanto o aquecimento da economia no processo de crescimento do país.

Cuidando da saúde da comunidade

A instituição cuida também das gestantes e das mães com bebês: são os programas pré-natal e de incentivo ao aleitamento materno, coordenados pelo Centro de Saúde do Dispensário. Embora recente, o segundo projeto já rendeu bons frutos: 77% das crianças com até quatro meses de idade foram alimentadas exclusivamente com leite materno e 23%, com aleitamento misto. Os resultados

animadores demonstram que o contato próximo e constante com a comunidade é o caminho para modificar realidades e educar para a cidadania.

Ainda dentro do Centro de Saúde, cerca de 300 famílias são auxiliadas com gêneros alimentícios e onde são realizados aproximadamente 39.500 atendimentos por mês no centro médico-odontológico.

Dificuldades e crença no possível

Apesar de enfrentar dificuldades diárias, como a falta de indivíduos preparados e capacitados para as funções, as dificuldades financeiras e a complexidade do próprio trabalho, a organização se mostra disposta a continuar lutando pela melhoria da realidade da comunidade em que está situada. E a motivação dessa turma está nas histórias de vidas já mudadas, assim como na crença da possibilidade de justiça social. É a busca por um equilíbrio baseado nos fortes pilares da comunidade, destacadamente a afetividade entre os seres – combustível para o convívio sustentável. ☺

INFORMAÇÕES

 Rua Vênus, 275 – CEP 44070-750
Feira de Santana/BA
 www.dispensariosantana.com.br
 (75) 223-1479
Fax (75) 223-1814

Felipe Mello e Roberto Ravagnani. Radialistas, palestrantes e diretores da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Souza & Barsanti

Consultores Associados

Serviços Especializados para o Terceiro Setor

Assessoria

- Organização do setor de atividades sociais visando à obtenção, manutenção e renovação do Certificado de Entidade de Assistência Social
- Jurídica integral nas questões relacionadas à filantropia, imunidades e isenções
- Contabilidade Social
- Elaboração de Relatórios para órgãos governamentais
- Administração de Convênios Filantrópicos
- Acompanhamento de Processos novos e em andamento junto ao CNAS
- Acompanhamento de Prestação de Contas para órgãos governamentais

Elaboração

- Planejamento Geral, Orçamentário e de Investimentos
- Sistema de Controle Interno
- Prestação de contas para órgãos governamentais fiscalizadores
- Manual de Normas e Procedimentos operacionais, planejamento da Assistência Social e previsão de gratuidades

Treinamento e Desenvolvimento

- Equipes nas áreas administrativa e contábil para gestão das Atividades Sociais

Gestão de gratuidades

Principais Executivos

Prof. Carlos Renato Alves de Souza
Ex-Reitor da Universidade Católica do Rio de Janeiro
Dr. Jarbas T. Barsanti Ribeiro

Endereço: Av. Presidente Wilson, 164
11º andar – Centro
Rio de Janeiro - RJ | CEP 20030-020
E-mail: treinamento@souzaebarsanti.com.br
Cidade | 24 | 9251-0624
Ind | 24 | 2531-2009
Fax | 24 | 2262-7282



O profissional de Terceiro Setor em programas de voluntariado empresarial

TANYA LINDA ROTHGIESSER

O profissional do Terceiro Setor é o principal agente mobilizador da ação social desse milênio, devido a sua atuação na gestão de programas e projetos junto a corporações e em convergência com a sociedade civil, Estado e mercado. Quando se trata de um representante de empresa privada que se envolve com a responsabilidade social, sua postura reflete duas posições contraditórias: ele fica dividido entre os de extrema sensibilidade às questões sociais, e aqueles de ordem rigorosamente técnica. Que atitude tomar nessa situação? Obedecer aos desígnios racionais ou aos emocionais?

A essas questões contrapõe-se a figura mítica do deus romano Janus, de cabeça com duas faces posicionadas em sentidos opostos: uma olha para um lado e a outra, para o lado contrário, de forma aparentemente dual e conflitante. Ainda se faz a sobreposição ao semblante do gestor de projetos sociais: a face masculina atua com a razão objetiva por meio da pesquisa, da reflexão, da organização de dados e informações, viabiliza condições operacionais para a realização dos próprios projetos (planejamento estratégico, cap-



O profissional do Terceiro Setor converge harmoniosamente suas duas faces de Janus para o alcance de um objetivo comum: a realização do projeto social

**UNIP**

UNIVERSIDADE PAULISTA

PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU

Objetivos do curso

- Desenvolver conhecimentos jurídicos, administrativos e de gestão do Terceiro Setor;
- Discutir a legislação pertinente aos ramos do direito que afetam o Terceiro Setor (direito financeiro, tributário, constitucional e civil);
- Habilitar a pós-graduanda a trabalhar com mais eficiência e resultados em entidades sem fins lucrativos, tanto sob o aspecto teórico como prático;
- Aprimorar conhecimentos de direito administrativo e tributário, especialmente em termos de doações, gestão e voluntariado;
- Diffundir princípios peculiares às entidades sem fins lucrativos e comparar as posições éticas;
- Atender as disposições da resolução CCS, nº 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação.

O Direito e a Administração do Terceiro Setor

Elenco de disciplinas	carga horária
Disciplinas básicas	
Direito societário	45 h a
Direito comercial	45 h a
Direito das obrigações e responsabilidade civil	45 h a
Metodologia e orientação para a pesquisa	45 h a
Disciplinas específicas	
Marketing do Terceiro Setor	30 h a
Administração do Terceiro Setor	30 h a
O direito administrativo e o Terceiro Setor	30 h a
O direito financeiro e contabilidade do Terceiro Setor	30 h a
A ética e responsabilidade social	30 h a
O direito tributário e o Terceiro Setor	30 h a

Campi

Aplício – André Franco – Antônio – Belder – Condeiro – Margiel Pinheiro – Marcos – Nani – Paulo – Pimentes – Talita
Vogelstein – Angélica Américo – Ardis Balda – Campos Jordão Lima – Ricardo Fraz – Sérgio – São José do Rio Preto
– Edson – João de Deus – Sônia – Carlos Gomes – Estela – Eudine – Galvão – Mariana

Informações



organização de reconhecimento nacional ou busca identificá-la junto àquele amigo já voluntário de forma discreta, para evitar constrangimentos.

Campanhas, quando bem coordenadas, costumam ser ótima primeira experiência de “estar” voluntário. O sentimento da prática da cidadania compartilhado com pessoas de mesma sensibilidade social provoca rápida identificação e vínculos. O resultado das ações, em geral de retorno mais visível, quase imediato, também contribui para que essa atividade voluntária se faça singular, frente a quaisquer outras intervenções particulares, geralmente sofridas ou mal sucedidas. Se da marca bem sucedida de “estar” voluntário resultarem novos desejos, com novas experiências de trabalho voluntário, está aberto o caminho, o que não significa, todavia, o suficiente para o “ser” voluntário.

A transição do “estar” para o “ser” voluntário pode ser longa, e até mesmo nunca ocorrer, mas torna-se marcante por uma alteração radical de consciência do indivíduo em relação aos valores da humanidade, à vivência incondicional de

solidariedade, a um profundo desejo de mudança e da percepção da própria capacidade de intervenção nessa realidade. Quando se verifica, coexistem ainda toda uma força e energia estruturadas por meio de ações e resultados, construídos e compartilhados no dia-a-dia. E para os quais a instituição organizacional terá como contribuir decisivamente com o suporte adequado.

No entanto, esse caminho de “ser” ou “estar” voluntário é raramente identificado em ambientes corporativos. Torna-se, portanto, muito delicada a tarefa profissional de sensibilização do funcionário à cumplicidade da ação social, em integração às propostas da empresa e, mais além, em harmonização a uma cultura institucional ainda em formação. Ambientes corporativos, criando e compartilhando propostas mais amplas de interesse da sociedade, ainda são pouco difundidos. Um fenômeno relativamente recente no processo de desenvolvimento social brasileiro – a construção de uma governança corporativa vinculada a valores éticos de solidariedade e inclusão social. Isso exigirá

A construção de uma governança corporativa vinculada a valores éticos de solidariedade e inclusão social exigirá do profissional do Terceiro Setor cuidados redobrados para a implantação de um programa de voluntariado empresarial

EIXOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS

A prática do voluntariado empresarial, à medida que vai se enraizando e se multiplicando na organização, acaba por influir favoravelmente em sua cultura, trazendo ganhos maiores que os próprios recursos investidos. Para tanto, torna-se primordial atentar para os seguintes aspectos:

- O programa de voluntariado empresarial deve se constituir pela iniciativa formal da empresa. Essa característica é essencial, porque, ao contrário do que muitas vezes é divulgado, o trabalho voluntário é tradição na cultura brasileira, porém, quando se trata de ambientes corporativos, é preciso se organizar a partir de uma ação estimulada e articulada por programa institucional, ou seja, da empresa para os funcionários.
- O programa de voluntariado empresarial deve refletir a prática interna dos valores fundamentais de ética, solidariedade e participação. A doação de tempo, trabalho e talento a causas de interesse social e comunitário é de maneira espontânea e nunca remunerada. O trabalho voluntário não deve ser recompensado nunca, nem de forma direta ou indireta, isto é, por qualquer tipo de benefício ou remuneração financeira.
- A participação no programa precisa ser estimulada pela empresa, sem perder, contudo, seu caráter facultativo. Isso deve estar articulado no programa de forma bastante clara, a fim de se evitarem circunstâncias ou sentimentos de percepção equivocados por parte dos funcionários.
- Políticas de reconhecimento e valorização institucional são fundamentais em programas de voluntariado. Elas devem ser apenas por ações de caráter eminentemente simbólico, discutidas e definidas durante a elaboração do planejamento estratégico do programa de voluntariado empresarial.

do profissional do Terceiro Setor não apenas paciência e delicadeza no processo de sensibilização, mas cuidados redobrados na abordagem das etapas do planejamento estratégico para a implantação de um programa de voluntariado empresarial.

O diferencial de trabalho do voluntário-profissional

Nem mesmo o aparato institucional e a adequabilidade das políticas, ferramentas e habilidades gerenciais no trato qualitativo de cada elemento agregado ao trabalho voluntário garantem a eficácia do "ser" voluntário. Continua sendo um mistério o momento da formação da consciência de cidadania e, conseqüentemente, do comprometimento de valorosos voluntários-profissionais às causas institucionais. Por isso, o chamado capital social de uma organização é algo de incomensurável valor. Os elos de solidariedade que permeiam e vinculam relações espontâneas e compromissos entre cidadãos a uma ação social são de um poder de transformação vital, interna e externamente.

Profissionais-voluntários e voluntários-profissionais – recursos humanos do Terceiro Setor atuando juntos em ambientes corporativos. Eles são o ponto de partida para a prática da cidadania corporativa com um suporte adequado da gestão da responsabilidade social pelos programas de voluntariado empresarial.

Esses cidadãos, conscientes de sua força de transformação social, preparam-se profissionalmente para dar conta – em um grau além da formação acadêmica, dos recursos institucionais disponíveis para o projeto e da crua realidade social a enfrentar – de uma proposta, esta sim, especialmente privilegiada na esfera do desenvolvimento sustentável econômico e social: a construção de uma Rede Global, baseada na ética da solidariedade e voltada à paz social. ☺

Tanya Linda Rothgiesser. Membro do Grupo Técnico de Responsabilidade Social da ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos); coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social do CRA-RJ e membro do Conselho Consultivo do Programa Líder-Solidário do Sebrae-RJ.



Grupo Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

► **Contabilidade de entidades do 3º Setor**

► **Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista**

► **Assessoria em departamento pessoal**

► **Assessoria filantrópica em assistência social**

37 anos de exclusivo compromisso com as entidades religiosas e beneficentes de assistência social

www.sergiomonello.com.br

Fone: **(11) 3872-1195**

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 01150-001

Notícias do Planalto

Redução da maioria penal

Gerou muita polêmica a proposta do governador Geraldo Alckmin para alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, diminuindo a maioria penal. Opiniões variadas sobre o tema são expostas. O argumento mais usado pelos que são contra é de que os menores de 18 anos já têm penas previstas no ECA. Aqueles a favor da medida defendem a mudança devido o incontrolável crescimento da violência.

Ano começa com

três novas legislações

O Estatuto do Idoso, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e a Reforma da Previdência entraram em vigor no dia 1º de janeiro. Em fevereiro, o STF deve se pronunciar quanto à legalidade do Estatuto do Idoso e da reforma previdenciária.

Lula inaugura cisternas na Paraíba

O presidente visitou no fim de 2003 a cidade de Manguape, na Paraíba, acompanhado de ministros, parlamentares e assessores diretos, para inaugurar duas cisternas – reservatórios subterrâneos de água potável – construídas pelo programa Um Milhão de Cisternas (PM1C). As obras foram financiadas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O projeto pretende ajudar 1 milhão de famílias da região.



RICARDO STUCKERT

MEC e Sesi levam

100 mil adultos à escola

O Sesi, parceiro do Programa Brasil Alfabetizado, já montou 4.585 turmas que, ao todo, somam 100 mil alunos. A maioria tem entre 45 e 60 anos e 60% estão na região Nordeste. O MEC financia a formação dos alfabetizadores e paga aos professores, enquanto o Sesi cadastra os alunos e oferece infra-estrutura e material didático.

Estatuto do Desarmamento

Sancionado pelo presidente em dezembro do ano passado, impõe restrições para a compra de armas e a proibição ao porte, exceto para responsáveis pela segurança pública ou privada, integrantes das Forças Armadas e agentes de Inteligência. Além disso, eleva de 21 a 25 anos a idade mínima para que o brasileiro possa pleitear a aquisição de armas.

Estatuto da

Igualdade Racial

Idealizado pelo deputado federal Eduardo Valverde e publicado pelo deputado Paulo Paim, o estatuto tem a intenção de defender os discriminados por etnia ou raça, assim como alimentar o debate sobre o assunto no país. Segundo Paim, a proposta poderá ser questionada e, conseqüentemente, aperfeiçoada para que no dia de sua aprovação se torne um instrumento importante de combate ao preconceito racial, favorável às ações afirmativas em favor dos discriminados.

Estatuto da Juventude

A Câmara aprovou por unanimidade o primeiro Estatuto da Juventude do país, considerado pelos vereadores como uma extensão do ECA. O projeto pretende garantir aos jovens (de 18 a 25 anos) direitos como saúde, trabalho, educação e lazer.

Natal sem Fome X Fome Zero

A campanha Natal Sem Fome iniciada por Betinho arrecadou menos em 2003 que em 2002. O Fome Zero, do governo federal, gerou grande concorrência involuntária. Muitos acreditam que o Estado está conseguindo resolver o problema nacional, esquecendo-se, entretanto, que o programa governamental foca principalmente as regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Vetado projeto que visava inclusão de deficientes no Fundef

O presidente Lula vetou o projeto que encaminharia recursos do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) às escolas de alunos com necessidades especiais. O projeto havia sido aprovado no Senado e na Câmara por unanimidade e, por isso, a medida foi criticada por parlamentares da oposição, e até por governistas. A proposta, de autoria do deputado Eduardo Barbosa, aumentaria a despesa da União em pelo menos R\$ 8,7 milhões. A saída encontrada pelo ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque, foi uma Medida Provisória que garantisse o atendimento às crianças portadoras de deficiência.

Cristovam Buarque, então ministro da Educação

ROSE BRASIL



Câmara de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Lula com a ministra Marina Silva



Durante a abertura da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, idealizada pela ministra Marina Silva, Lula assinou o decreto para a criação da Câmara de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. O órgão reúne o Ministério do Meio Ambiente, ministérios afins e consolida a questão ambiental como eixo orgânico das políticas públicas.

Prêmio Direitos Humanos 2003

Personalidades e entidades que atuam na área de direitos humanos foram homenageadas no Palácio do Planalto.

A premiação é concedida pelo governo federal a 12 categorias.

PAIS – Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas

O BNDES lançou o programa, que oferece condições especiais para que empresas invistam em projetos sociais. O banco fará investimentos em implantação, consolidação ou expansão de projetos, dirigindo atenção especial àqueles voltados a portadores de deficiência, realizados nas empresas ou comunidades.

Desativação de unidades do programa Escola da Família

O governo do Estado de São Paulo anunciou que a desativação de cerca de 220 unidades deve ocorrer em fevereiro, por falta de público. Ao todo, o programa atinge 5.306 escolas estaduais em 645 municípios e é apontado como o maior do mundo a ser ajudado pela Unesco. Segundo a coordenadora executiva do projeto, Cristina Cordeiro, o desempenho do Escola Família não ficará comprometido, pois os locais afetados representam um número pequeno em relação ao total.

Padrão nutricional das cestas básicas

Ângela Peres, responsável por gerenciar o projeto Fome Zero, certificou a ABRAN – Associação Brasileira de Nutrologia – como instituição parceira e responsável por desenvolver cestas básicas com padrão nutricional regionalizado.

Movimento Paraolímpico

Na cerimônia de homenagem aos atletas dos Jogos Para-panamericanos de Mar Del Plata, o presidente Lula expressou sua vontade de fazer uma parceria com o Comitê Paraolímpico Brasileiro. “Queremos utilizar a imagem de vocês, mostrando para a sociedade e principalmente para os portadores de deficiência, que eles (portadores) devem sair de casa”, disse Lula.



Lula cumprimenta atletas

Febem e o Terceiro Setor

O governador Geraldo Alckmin decidiu compartilhar a gestão das unidades da Febem com o Terceiro Setor. O acordo é de que, a partir do começo desse ano, organizações não-governamentais passem a se responsabilizar pela área pedagógica e profissionalizante dos internos. A escolha das entidades deve ser feita por licitação pública e os privilegiados serão nomes consagrados do setor. Além da iniciativa, houve a criação do selo Amigo da Febem, com o propósito de incentivar empresários a oferecer oportunidade de primeiro emprego a jovens recuperados, que precisam ser inseridos na sociedade.



Apresentação do coral de crianças durante a homenagem

Fome Zero pretende atender mais 1,5 milhão

Segundo o então ministro José Graziano, o ano de 2004 será mais tranquilo para o programa Fome Zero, porque muitos entraves foram solucionados em 2003. Um exemplo é a Expo Fome Zero, que ocorre de 10 a 12 de fevereiro em São Paulo. A feira terá a renda revertida para o programa, além de contribuir para o melhor entendimento da causa pela sociedade.

Rápidas Legais

Isenção e remissão do IPTU

A lei municipal nº 13.672, de 1º de dezembro de 2003, concede isenção e remissão do IPTU incidente sobre imóveis cedidos em comodato a entidades culturais sem fins lucrativos, a pessoas jurídicas de direito público interno, suas autarquias e fundações, desde que utilizados na realização de atividades culturais.

Violência em São Paulo

A prefeita Marta Suplicy promulgou em 26 de novembro de 2003 a lei municipal nº 13.671, que consiste no Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo, cuja função é identificar as áreas de risco e as causas mais frequentes da violência. O objetivo é desenvolver, a partir dos dados coletados, ações do poder público local de prevenção e atenção às vítimas, bem como políticas públicas de segurança.

Transgênicos

O procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) ao STF contra a lei nº 10.814/2003 – resultado da conversão da MP 131, que liberou o plantio de sementes de soja geneticamente modificadas. A ação argumenta que, por ser uma lei de conversão, ela não pode contemplar realidades que não foram cogitadas pela MP 131.

Atendimento jurídico a carentes

Advogados com até cinco anos de formação podem ser obrigados a atender carentes gratuitamente. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou o projeto de lei 2.516/00, do Senado Federal, com a proposta. No texto original, somente o profissional formado em “instituições públicas” precisaria trabalhar nessa linha, mas a CCJR acatou emenda apresentada pela Comissão de Trabalho e retirou a expressão, por entender que a medida contraria o princípio de igualdade presente no art. 5º da Constituição Federal.

STJ e os portadores de deficiências

Nancy Andrigui, ministra do Superior Tribunal de Justiça, propõe convênios entre o STJ e associações e escolas de pessoas com necessidades especiais. A ideia é ampliar as oportunidades de trabalho para além daquelas previstas na lei 8.112/90, que reserva para candidatos com algum tipo de deficiência 20% das vagas oferecidas em concursos públicos.

Crítérios para a doação de gêneros alimentícios

Aprovada pelo governador Geraldo Alckmin, a lei estadual nº 11.575, de 25 de novembro de 2003, disciplina a doação de gêneros alimentícios: as entidades, doadoras e receptoras, que participarem de programas de reutilização de gêneros alimentícios e de sobras de alimentos deverão seguir parâmetros e critérios reconhecidos nacional ou internacionalmente.

Violência contra a mulher

A lei federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, estabelece a obrigatoriedade da comunicação dos casos de violência à mulher, seja ela física, sexual ou psicológica. Essa notificação tem caráter sigiloso, pois a identificação da vítima referida em tal lei fora do âmbito dos serviços de saúde somente terá como se efetivar em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou de seu responsável.

Violência contra crianças e adolescentes

O decreto municipal nº 44.142, de 20 de novembro de 2003, determinou que as secretarias municipais que tiverem conhecimento de casos de violência contra crianças e adolescentes deverão encaminhá-los ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar do domicílio dos respectivos pais ou responsáveis.



O macaco cabeçudo

MARCELO TORRECILLAS
torrecillas@globo.com

De depois de passar por tudo o que passou, eis aí o ser humano, em pleno século 21. Quem diria! Desde que o tal primata se deu conta de que pensava, começou a achar que sabia de tudo.

Até o final da Idade Média, princípio da era industrial, ele ficava séculos no mesmo lugar, fazendo a mesma coisa, geração após geração, sempre do mesmo jeito. Nem causava tanto estrago assim, mas os últimos 100, 150 anos, em especial, foram demais! Quando parecia que o macaco estava pegando o jeito desse negócio de pensar, fez um monte de bombas barulhentas e se matou de tantas maneiras diferentes que não dá nem pra contar.

Nesses primeiros dias de 2004, o Homo sapiens já domina muita tecnologia, diversas formas de energia e um conhecimento do próprio mapa genético que pareceriam ficção científica um século atrás!

Contudo, a vida do primata no início desse milênio não é ficção científica... é praticamente filme de terror! Hoje em dia, matar, violentar, seqüestrar, roubar, enganar, passar a perna—tudo virou banalidade de notícias policiais, e o público quer sempre mais! Quanto mais escabroso o caso, melhor e, depois do comercial, a mais nova tramóia. O mundo gira em função do dinheiro, o macaco só quer saber quanto vai embolsar na jogada... mesmo que crianças morram pela fome ou pelas sede de sangue. Assim, quem busca o justo é otário, quem faz por caridade então...

Tá maluco, macaco?!

Dormir com a janela aberta, andar pelo bairro, passear de trem, trabalhar sem preocupação, crianças aprendendo coisas construtivas, sorvetenapraçanumanoite quente de verão... O que era normal antigamente hoje é novela de época.

Quetalvoltaraserfeliz? Começando com as pequenas coisas: não jogar lixo na rua, não furar fila, não roubar uma balinha, não queimar a faixa ou o farol vermelho, fazer por merecer o voto recebido, executar o trabalho a que se propôs dando o melhor de si e respeitar o trabalho do outro, seja ele qual for... Aos poucos dá pra reconstruir um mundo muito melhor, mais justo, mais... humano. Vamos lá, macacada! A gente consegue!

Utopia?

Só se o macaco cabeçudo inventar uma bomba ainda mais barulhenta, ou se a idéia morrer comigo.



www.cantocidadao.org.br

Conheça alguns programas de democratização de informações sobre cidadania

Canto Cidadão nas ondas do Rádio

Transmitido ao vivo todos sábados, das 11 às meia-dia, pela Rádio Boa Nova AM 1450 kHz, o programa trata os temas relacionados ao exercício pleno da cidadania de forma clara e descontraída, convidando o ouvinte a participar e fazer a sua parte.

Outros programas do Canto Cidadão:

- Danças Cidades
- Canto Cidadão em todos os cantos
- Canto Cidadão em prosa e verso
- Canto Cidadão na TV

Conheça mais no site da organização:

www.cantocidadao.org.br



Saiba tudo que acontece no Terceiro Setor



A mais importante fonte de informação sobre a prática do bem no Brasil

*Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes.

Tudo que você precisa para administrar seu projeto social de forma equilibrada e economicamente sustentável



Captação de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.



Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificação filantrópica e imunidade de impostos.



Projetos sociais

Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com histórico, números e conselhos úteis de seus dirigentes.



Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre o direito filantrópico. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades e um canal direto com o MPAS e o CNAS.



Responsabilidade social

O papel exercido pelo Primeiro e Segundo Setores na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.



Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.